

FÁBIO VARGAS MENDES

**A IMUNIDADE DE AGENTES DIPLOMÁTICOS E
CONSULARES: da impunidade à responsabilidade**

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso de
bacharelado em Direito do Centro
Universitário de Brasília.

Orientadora: Prof^a. Samira Otto

Brasília
2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e a toda minha família por ter acreditado em mim e me apoiado em todos os momentos de tensão. Dedico ainda a minha namorada Luíza por me ajudado a acreditar que eu conseguiria.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amigo e mestre, Mario Drumond, por ter demonstrado interesse em meu tema e me motivado para que o trabalho obtivesse êxito.

Aos que acreditaram e tiveram paciência quando precisei, fazendo com que eu conseguisse atingir meus objetivos.

Agradeço a minha colega de curso Luíza Velloso por ter me ajudado em momentos críticos do trabalho, apoiando-me e motivando-me sempre que precisei.

RESUMO

Trata-se da questão referente às imunidades que fazem jus os agentes diplomáticos e os consulares. Tem por objetivo analisar casos em que fica afastada a imunidade de jurisdição dos agentes, bem como outras imunidades a que estes têm direito. Realizando análise de casos e julgados de como vem a jurisprudência brasileira entendendo estes aspectos. Esta análise tem como base as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 bem como, a Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963 e o entendimento doutrinário a cerca do assunto. Por último faz-se uma breve análise em relação à três casos: compra e venda de veículos de propriedade das embaixadas por parte dos agentes diplomáticos; o não-pagamento de multas de trânsito; e, a questão relacionada às indenizações por danos decorrentes de acidentes, notadamente acidentes de trânsito.

Palavras-chave: imunidade de jurisdição, Direito Internacional Público, agentes diplomáticos, agentes consulares, atos de império, atos de gestão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – DAS IMUNIDADES	6
1.1. Origem das imunidades	8
1.2. Regulações Internacionais	10
CAPÍTULO 2 – DAS MISSÕES E DOS AGENTES.....	13
2.1. Da função das missões Diplomáticas	13
2.2. Da função das missões consulares.....	14
2.3. Dos Agentes Diplomáticos	16
2.4. Dos Agentes Consulares	18
2.5. Das imunidades e privilégios diplomáticos	19
2.6. Das imunidades e privilégios consulares	24
CAPÍTULO 3 – TEORIA DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA.....	28
3.1 Da jurisdição	28
3.2. Da imunidade de jurisdição diplomática	29
3.3. Dos atos de gestão x atos de império	31
3.4. Aplicação da distinção da jurisdição pelos países	33
3.5. Casos práticos	41
CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO I – Convenção Das Nações Unidas Sobre As Imunidades Jurisdicionais Dos Estados E Dos Seus Bens	54
ANEXO II – Íntegra da ementa da Ação Cível Originária n. 575-DF	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá tratar sobre a responsabilização de agentes diplomáticos e consulares, por atos por eles cometidos utilizando de forma abusiva as imunidades que os protegem. Realizando assim análises onde possam ser demonstradas o abuso das referidas imunidades. Para discutir essas questões, o presente trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos a origem do instituto das imunidades, conceito, classificação e evolução histórica, abordando as teorias anteriormente adotadas e demonstrando o entendimento sobre o assunto a época. Ainda neste capítulo destacam-se as principais regulações internacionais tendo como base as fontes do direito internacional, em especial os costumes.

No segundo capítulo o que se faz é uma análise mais detalhada a cerca das principais convenções que regulam questões diplomáticas e consulares no Estado brasileiro. Apresentando as funções e o porque da existência das missões, os sujeitos que detêm tais imunidades e quais são as imunidades e prerrogativas que estas destacam.

Por fim em um terceiro capítulo, é abordada a questão referente a imunidade de jurisdição, demonstrando conceitos e entendimentos a respeito da imunidade de jurisdição tanto do Estado estrangeiro como do agente que acaba por representar este Estado. Esclarecendo o entendimento jurisprudencial brasileiro acerca do tema, e como vem se entendendo o tema na comunidade internacional. Ao final, a análise de casos em que as imunidades acabam por trazer prejuízos tanto para o Estado como para terceiros.

CAPÍTULO 1 – DAS IMUNIDADES

A palavra imunidade se refere à qualidade de imune, ou seja, isento de obrigações e encargos. É uma prerrogativa da qual alguém se vale para se escusar de algumas obrigações legais.¹

O termo imunidade tem origem no latim *immunitate* e denota isenção, privilégio, prerrogativa ou até mesmo liberdade.²

Segundo Lima, há imunidade quando o indivíduo não está sujeito às normas de direito interno e suas respectivas sanções³. E ainda, conforme o dicionário Houaiss, “*imunidade é privilégio concedido a uma pessoa durante o exercício de um cargo*”.⁴

No campo do direito internacional público, na área referente aos agentes diplomáticos e consulares, o conceito de imunidade é de suma importância. Esta incidirá como prerrogativas e isenções outorgadas ao agente estatal para que este possa atingir os objetivos das missões.⁵

Segundo Alves, a imunidade “*consiste numa reserva ou limite imposto aos Estados pelo direito internacional, ao regular exercício das suas jurisdições nacionais, quando outros Estados forem partes em procedimentos judiciais*”.⁶

O Estado que envia os diplomatas/cônsules é chamado de Estado acreditante. O Estado que irá receber as missões é chamado de Estado acreditado.

¹ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática*: instrumento de política externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p.22.

² Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=imunidade>> acesso em 19 de dezembro de 2010.

³ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática*: instrumento de política externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p.22.

⁴ Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 2 ed. Rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 405.

⁵ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática*: instrumento de política externa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p.22.

⁶ ALVES, Laerte Meyer de Castro. Imunidades de jurisdição dos Estados estrangeiros em matéria trabalhista no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 988, 16 mar. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8115>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

O Estado receptor, acreditando que o outro irá realizar e cumprir com as normas de cooperação, e para que melhor possam se relacionar um com o outro, autoriza que as referidas missões sejam realizadas em seus territórios⁷.

As imunidades dão uma proteção integral ao representante do Estado estrangeiro, seja em tempo de paz ou de guerra, que esteja atuando em nome de seu Estado originário, consiste basicamente da não-submissão a determinadas normas.⁸

O direito do Estado enviar para outros Estados os seus representantes diplomáticos é chamado de direito de legação ativa⁹. Mas, o direito de legação está sujeito ao reconhecimento por parte dos Estados soberanos¹⁰.

A imunidade concedida ao Estado faz com que haja uma derrogação da norma geral (norma interna dos Estados)¹¹. Este ato de conceder a imunidade ao Estado é justificado em consequência do agente estar em condição funcional, necessitando, para tanto, que os representantes estatais tenham condições de atuar em território estrangeiro¹².

1.1. Origem das imunidades

Até 1815, as normas aplicadas às relações diplomáticas eram de origem consuetudinária. Neste ano houve uma tentativa de substituir por um direito escrito, porém, não foi bem sucedido, pois só havia um texto em que continha a hierarquia dos diplomatas¹³.

⁷ VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Público*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 304.

⁸ CIAVARELI, Miguel Angelo Nogueira dos Santos. *Imunidade jurídica: penais, processuais, diplomáticas, parlamentares*. – São Paulo: Editora Juarez de Oliveira. 2003. p.117

⁹ SOARES, Albino de Azevedo. *Lições de Direito Internacional Público*. 4 ed. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1988, p. 361.

¹⁰ VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Público*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 302.

¹¹ ACCIOLY, Hildebrando, 1888-1962, *Manual de direito internacional público* / G. E. D Nascimento e Silva, Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella – 17 ed.- São Paulo: Saraiva, 2009. p. 378

¹² SOARES, Guido Fernando Silva, *Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais: Formas da diplomacia e as imunidades*. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 63.

¹³ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 755.

Posteriormente, em 1928, na cidade de Havana, foi elaborada uma Convenção sobre agentes diplomáticos. Mas, não tratava da questão da imunidade e sua aplicação se deu apenas em âmbito regional¹⁴. Assim sendo, ainda era mantida a regra consuetudinária.

As imunidades diplomáticas eram fundamentadas na teoria da qual um império não tem jurisdição sobre o outro - bastante utilizada pelos tribunais no século passado, decorrente da tradução do princípio *par in parem non habet imperium vel iudicium*, ou seja, no princípio da igualdade soberana das nações, reciprocidade e não-ingerência nos assuntos internos de outra soberania¹⁵.

Mas, para que a missão se fizesse presente no Estado acreditante com as devidas imunidades, não bastava a anuência dos Estados interessados. Era necessário o consentimento mútuo, através de comunicado conjunto, tratado de amizade, dentre outras formas¹⁶.

Quanto à razão de ser das imunidades, existem três teorias: extraterritorialidade, caráter representativo do agente diplomático e independência da função¹⁷.

Para a teoria da extraterritorialidade, o agente diplomático, mesmo em missão, é considerado como se estivesse no território de seu Estado. As imunidades eram explicadas pela extraterritorialidade, uma vez que se o agente estava em seu próprio país, não poderia se submeter à jurisdição do Estado acreditado¹⁸.

Com o passar do tempo, a teoria da extraterritorialidade caiu em desuso. O seu abandono se deve ao fato de que, no século XIX, ocorreram vários

¹⁴ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 755.

¹⁵ VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Público*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 312.

¹⁶ SOARES, Albino de Azevedo. *Lições de Direito Internacional Público*. 4 ed. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1988, p. 361.

¹⁷ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 762.

¹⁸ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 762.

crimes comuns dentro das embaixadas tornando assim muito difícil a responsabilização destes agentes por estarem protegidos com base nessa teoria¹⁹.

A segunda teoria era fundamentada no caráter representativo do agente diplomático e da missão diplomática. Estes se beneficiam das imunidades uma vez que respeitando a dignidade e a independência, o Estado acreditado do mesmo modo respeitará os agentes. É uma teoria imprecisa tendo em vista que não delimita os atos que seriam próprios da representação²⁰.

A terceira teoria é a que defende que a imunidade decorre da função que o agente exerce. Assim, estas imunidades residem na simples necessidade do exercício independente das missões. Logo, quando se restringe ao interesse da função, torna-se mais viável e possível a delimitação das imunidades²¹.

Hoje em dia, as imunidades conferidas aos agentes são atribuídas para um melhor desempenho do exercício da função, e não como consequência de uma extensão soberana dos direitos do Estado acreditante²².

Segundo Rezek, um estado é soberano quando seu governo não se subordina a qualquer autoridade que lhe seja superior. Isto não significa que quando há subordinação à jurisdição estrangeira em relação aos atos de gestão, a soberania foi comprometida.²³

1.2. Regulações Internacionais

O primeiro tratado multilateral que se tem notícias de que tenha tratado dos privilégios e imunidades dos representantes de um Estado junto a um governo de outro Estado foi o *Réglement* de Viena, de 19 de março de 1815, sendo

¹⁹ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática: instrumentos de Política Externa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 29.

²⁰ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 763.

²¹ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 763.

²² VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Público*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 312.

²³ REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 11ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2008 p. 224

considerado o primeiro marco de positivação das regras sobre este assunto, tendo em vista, que, anteriormente, era baseado no costume.²⁴

Quando do nascimento do Direito Internacional, ainda existia a regra de que o rei estaria acima da lei. Isto é, ele era imune. Mas, é claro que este preceito deveria ser sopesado, pois por mais que o rei realizasse atos contra a lei não seriam submetidos à julgamento. Mas, se via a necessidade de reformular a ideia de imunidade absoluta²⁵.

É certo que as imunidades têm procedência consuetudinária, sendo esta caracterizada pelo comportamento constante em relação a determinados atos e necessidades específicas na convivência entre os Estados ao longo do tempo. Logo, o Direito Internacional é baseado no costume, tendo sua formação consuetudinária.²⁶

Os costumes internacionais que tratavam da imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos e do consulares foram positivados pelas Convenções de Viena de 1961 e 1963²⁷.

Segundo Sicari, o costume diplomático, em razão da sua prática reiterada, foi elevado ao *status* de norma jurídica. E, é importante notar que não existe entre os tratados e os costumes qualquer grau de hierarquia²⁸.

Assim sendo, o direito internacional se utilizou dos costumes já existentes para se apoiar e assim estabelecer normas que regulamentam as relações entre países, no que se tratam às questões diplomáticas.²⁹ Pode ocorrer de se ter a existência de um tratado e um Estado que não ratificou este tratado vir a

²⁴ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 482.

²⁵ SOARES, Guido Silva. *Imunidade de jurisdição: evolução e tendências*. In: Imunidade soberana: o Estado estrangeiro diante do juiz nacional. Brasília: CFJ, volume 19, 2001 p.20.

²⁶ SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007 p. 30.

²⁷ CRUZ, Flávia Machado. *Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 136.

²⁸ SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007 p. 30.

²⁹ MATTOS, Adhebal Meira. *Direito Internacional Público*. 2ª Ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro, São Paulo: Renovar, 2002, p. 27

aplicá-lo em seu ordenamento interno com a justificativa de estar utilizando um costume internacional.

Segundo Cicco Filho, as imunidades são essenciais para os representantes do Estado acreditante, sendo evidente que as missões devem exercer as funções que lhe são incumbidas isentas de qualquer ameaça.³⁰

Deve se atentar para o fato que a imunidade não assegura ao agente superioridade em relação à lei, pois este poderá ser processado pelo seu Estado de origem. Além disso, a imunidade não exime a obrigação de respeitar as leis locais, conforme disposto no artigo 41, §1º, da Convenção de Viena de 1961:

Artigo 41§1º:

Sem prejuízo de seus privilégios e imunidades, todas as pessoas que gozem desses privilégios e imunidades deverão respeitar as leis e os regulamentos do Estado acreditador. Têm também o dever de não se imiscuir nos assuntos internos do referido Estado.

Esta necessidade de obediência ao direito local é indiscutível. As imunidades dos agentes diplomáticos não os eximem de respeitar as leis do Estado acreditado. Por mais que os representantes não possam ser réu em processo em outro Estado que não o seu, não significa que devem praticar atos que atentem contra à vontade da comunidade do local em que se encontra a missão diplomática.

³⁰ CICCIO FILHO, Alceu Jose. *Relevância da imunidade diplomática*. Rev. Jur., Brasília, v. 8, n. 79, jun./jul., 2006, p. 63

CAPÍTULO 2 – DAS MISSÕES E DOS AGENTES

As funções diplomáticas são distintas das consulares. A diferença basilar está no fato de que as primeiras são mais amplas³¹.

2.1. Da função das missões Diplomáticas

As funções das missões diplomáticas são definidas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) em seu artigo terceiro, o qual determina que devem as missões (1) representar o seu Estado; (2) proteger seus interesses junto ao Estado acreditado; (3) negociar com o governo do Estado estrangeiro; (4), inteirar-se e informar o seu Estado dos acontecimentos no Estado acreditado; e, ainda, (5) promover e desenvolver a política pública entre os Estados.³²

A função de representação é essencial para missão diplomáticas visto que tal função tem por finalidade estabelecer boas relações entre soberanias. Nesse sentido, a figura do agente diplomático revela-se extremamente relevante, pois será aquele que irá atuar de forma direta como interlocutor do Estado acreditante junto do Estado acreditado. Accioly enfatiza que dentre as inúmeras possibilidades inerentes à representação diplomática destacam-se questões como intercâmbio econômico, cultural e científico.³³

Deste modo, aos agentes diplomáticos cabe a representação junto ao Estado acreditante para assuntos de Estado³⁴.

A referida proteção de que trata a CVRD busca proteger não apenas os interesses do Estado acreditante, como também os interesses de seus nacionais (pessoas físicas e jurídicas) que estão fisicamente instalados sobre o território do

³¹ CRUZ, Flávia Machado. *Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 136.

³² BRASIL, Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. *Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas*. Brasília, 1965. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_multidiplo.htm>. Acesso em 02 de março de 2010.

³³ ACCIOLY, Hildebrando, 1888-1962, *Manual de direito internacional público* / G. E. D Nascimento e Silva, Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella – 17 ed.- São Paulo: Saraiva, 2009. p. 375

³⁴ CRUZ, Flávia Machado. *Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 136.

Estado acreditado.³⁵ Esta última proteção, deve-se destacar, decorre da hipótese de eventual descumprimento das normas relacionadas ao tratamento inerente à condição jurídica dos estrangeiros. Confirmada tal hipótese, e não havendo mais possibilidade de resolução de conflitos envolvendo estrangeiros no âmbito interno do Estado acreditado, o Estado acreditante deverá intervir em favor de seus nacionais.³⁶

No que diz respeito à negociação, e tendo em vista ainda a questão relacionada à prestação de informações para o Estado acreditante, tem-se que há relação de dependência entre ambas, pois para que haja uma negociação, os Estados deverão conhecer a real situação interna da soberania estrangeira, incluída a situação política interna de cada Estado, para assim poderem negociar, da melhor forma, os possíveis acordos bilaterais que serão eventualmente assinados entre os Estados soberanos. Porém, a forma de se adquirir essas informações deve ser de forma lícita, tal como por meio de notícias da imprensa local, contatos oficiais do governo, reuniões com empresários etc.³⁷

Isto posto, é necessário que a missão diplomática tenha como fim fundamental realizar todas as funções acima elencadas, pois assim estaria ela sendo útil para ambos os Estados, já que estaria ajudando a buscar uma melhor forma de resolver as diferenças entre os Estados, aprimorando, inclusive, a relação existente entre as diferentes soberanias.

2.2. Da função das missões consulares

As funções das missões consulares estão dispostas no artigo quinto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares (CVRC), dentre as quais (similarmente à CVRD) a proteção aos interesses do Estado acreditante, a busca do desenvolvimento das relações comerciais, econômicas, culturais e científicas, e a

³⁵ ACCIOLY, Hildebrando, 1888-1962, *Manual de direito internacional público* / G. E. D Nascimento e Silva, Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella – 17 ed.- São Paulo: Saraiva, 2009. p. 375

³⁶ SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007. pp.110-111.

³⁷ SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007. pp. 108-110.

prestação de informações ao Estado de origem quanto aos acontecimentos ocorridos no interior do Estado acreditado.³⁸

Diferentemente das missões diplomáticas, o artigo 5 da CVRC dispõe que:

As funções consulares consistem em:

[...]

d) expedir passaporte e documentos de viagem aos nacionais do Estado que envia, bem como visto e documentos apropriados às pessoas que desejarem viajar para o referido Estado;

f) agir na qualidade de notário e oficial de registro civil, exercer funções similares, assim como outras de caráter administrativo, sempre que não contrariem as leis e regulamentos do Estado receptor;

g) resguardar, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, os interesses dos nacionais do Estado que envia, pessoas físicas ou jurídicas, nos casos de sucessão por morte verificada no território do Estado receptor;

h) resguardar, nos limites fixados pelas leis e regulamentos do Estado receptor, os interesses dos menores e dos incapazes, nacionais do país que envia, particularmente quando para eles for requerida a instituição de tutela ou curatela;

i) representar os nacionais do país que envia e tomar as medidas convenientes para sua representação perante os tribunais e outras autoridades do Estado receptor, de conformidade com a prática e os procedimentos em vigor neste último, visando conseguir, de acordo com as leis e regulamentos do mesmo, a adoção de medidas provisórias para a salvaguarda dos direitos e interesses destes nacionais, quando, por estarem ausentes ou por qualquer outra causa, não possam os mesmos defendê-los em tempo útil;

j) comunicar decisões judiciais e extrajudiciais e executar comissões rogatórias de conformidade com os acordos internacionais em vigor, ou, em sua falta, de qualquer outra maneira compatível com as leis e regulamentos do Estado receptor;

k) exercer, de conformidade com as leis e regulamentos do Estado que envia, os direitos de controle e de inspeção sobre as embarcações que tenham a nacionalidade do Estado que envia, e sobre as aeronaves nele matriculadas, bem como sobre suas tripulações;

l) prestar assistência às embarcações e aeronaves a que se refere a alínea k do presente artigo e também às tripulações; receber as declarações sobre as viagens dessas embarcações examinar e visar os documentos de bordo e, sem prejuízo dos poderes das autoridades do Estado receptor, abrir inquéritos sobre os incidentes ocorridos durante a travessia e resolver todo tipo de litígio que possa surgir entre o capitão, os oficiais e os marinheiros, sempre que autorizado pelas leis e regulamentos do Estado que envia;

³⁸ BRASIL, de Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967. *Convenção de Viena Sobre Relações Consulares*. Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/multiconsul.htm>>. Acesso em 05 de março de 2010.

m) exercer todas as demais funções confiadas à repartição consular pelo Estado que envia, as quais não sejam proibidas pelas leis e regulamentos do Estado receptor, ou às quais este não se oponha, ou ainda as que lhe sejam atribuídas pelos acordos internacionais em vigor entre o Estado que envia e o Estado receptor” (grifos nossos).

Assim sendo, os agentes consulares tratam de interesses privados, meramente administrativos, relacionados aos compatriotas, cidadãos locais que desejam estabelecer relações com o Estado acreditante, dentre outros³⁹.

Apesar de exercerem diferentes funções, alguns países unificaram as carreiras diplomáticas e consulares. No Brasil, os diplomatas são oriundos do Instituto do Rio Branco. Só é possível saber qual função deverão exercer a partir da natureza do credenciamento, se irá ocorrer como agente diplomático ou consular junto ao Estado acreditado⁴⁰.

Portanto, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a “*carreira diplomática*” engloba funções diplomáticas e consulares. Entretanto, isto não significa que as missões diplomáticas haverão de desempenhar atividades tipicamente consulares.⁴¹

2.3. Dos Agentes Diplomáticos

Diferentemente das funções propriamente ditas são os agentes diplomáticos, estes entendidos como os verdadeiros interlocutores das relações internacionais, aqueles que verbalizam os interesses dos Estados soberanos junto às nações estrangeiras.

A CVRD é um texto que divide o pessoal da missão diplomática, classificando em categorias distintas o contingente de agentes estatais. Tudo isto se dá no artigo introdutório daquela convenção: para a CVRD, “chefe de missão” é a pessoa encarregada pelo Estado acreditante de agir nessa qualidade; “membros da missão” são o chefe da missão e os membros do pessoal da missão; “membros do

³⁹ CRUZ, Flávia Machado. *Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 136.

⁴⁰ CRUZ, Flávia Machado. *Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, pp. 136-137.

⁴¹ AMARAL JÚNIOR, Alberto do, *Introdução ao direito internacional público* / Alberto do Amaral Júnior – São Paulo: Atlas, 2008. p. 300

peçoal da Missão" são os membros do peçoal diplomático, do peçoal administrativo e técnico e, ainda, do peçoal de serviço da Missão; "membros do peçoal diplomático" são os membros do peçoal da Missão que tiverem a qualidade de diplomata; "membros do peçoal diplomático" são os membros do peçoal da Missão que tiverem a qualidade de diplomata; "agente diplomático" é o chefe da Missão ou um membro do peçoal diplomático da Missão; "membros do peçoal administrativo e técnico" são os membros do peçoal da Missão empregados no serviço administrativo e técnico da Missão; "membro do peçoal de serviço" são os membros do peçoal da Missão empregados no serviço doméstico da Missão; finalmente, "criado particular" é a pessoa do serviço doméstico de um membro da Missão que não seja empregado do Estado acreditante.⁴²

O que interessa no momento é identificar o chefe da missão diplomática, pois ele é a "pessoa encarregada pelo Estado acreditante de agir nessa condição". No entanto, o Estado acreditante, ao indicar a pessoa que pretende que seja o representante da missão perante o Estado acreditado, deve observar se o seu indicado obteve o *agrément*, que nada mais é que a autorização concedida pelo Estado (que recebe a missão) ao agente diplomático que irá se responsabilizar pela missão.⁴³

Portanto, o chefe da missão só pode entrar em quaisquer que forem as missões com o *agrément* do governo do Estado acreditado. Com isso, terá direito ao passaporte diplomático e a credencial⁴⁴.

Diante da CVRD, temos três classes de chefes de missão diplomática: a primeira é a dos embaixadores ou núncios que são acreditados perante os chefes de Estado, e outros chefes de missão da categoria equivalente; a segunda de enviados, ministros ou internúncios, acreditados perante chefes de

⁴² BRASIL, Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. *Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas*. Artigo 1. Brasília, 1965. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_multidiplo.htm>. Acesso em 02 de março de 2010.

⁴³ BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Trad. Maria Manuela Farrajota e outros. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1997, p 371

⁴⁴ SOARES, Albino de Azevedo. *Lições de Direito Internacional Público*. 4 ed. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1988, p. 362.

Estado; e, por fim, os encarregados de negócios, que são acreditados perante os Ministros de Estado das Relações Exteriores.⁴⁵

Logo, pode-se inferir da convenção que o chefe da missão é o agente diplomático escolhido para ser o representante legal do Estado acreditante, precisando ele obter o *agrément* ou a autorização do Estado acreditado para estabelecer a missão diplomática em território estrangeiro. Porém, o conceito de agente diplomático pode ser entendido de forma mais ampla, pois abrange grande parte do pessoal que está a serviço da missão diplomática.

2.4. Dos Agentes Consulares

Os agentes consulares, além de atuarem na proteção dos interesses do Estado de origem, atuam principalmente na defesa dos interesses singulares e coletivos dos respectivos nacionais quando estes se encontrarem fora de seu território.⁴⁶ Deste modo, não estão incumbidos de funções políticas no sentido estrito do termo, e sim de funções possuidoras de caráter essencialmente burocrático-administrativo.⁴⁷ Ademais, a CVRC definiu as pessoas que irão atuar na missão consular, conforme se depreende do artigo primeiro:

[...]

c) por "chefe de repartição consular", a pessoa encarregada de agir nessa qualidade;

d) por "funcionário consular", toda pessoa, inclusive o chefe da repartição consular, encarregada nesta qualidade do exercício de funções consulares;

e) por "empregado consular", toda pessoa empregada nos serviços administrativos ou técnicos de uma repartição consular;

f) por "membro do pessoal de serviço", toda pessoa empregada no serviço doméstico de uma repartição consular;

g) por "membro da repartição consular", os funcionários consulares empregados consulares e membros do pessoal de serviço;

⁴⁵ BRASIL, Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. *Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas*. Artigo 14. Brasília, 1965. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_multidiplo.htm>. Acesso em 02 de março de 2010.

⁴⁶ BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Trad. Maria Manuela Farrajota e outros. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1997, p. 382

⁴⁷ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2003, p. 773

h) por "membros do pessoal consular", os funcionários consulares, com exceção do chefe da repartição consular, os empregados consulares e os membros do pessoal de serviço;

i) por "membro do pessoal privado", a pessoa empregada exclusivamente no serviço particular de um membro da repartição consular; [...]

Da mesma forma que o agente diplomático precisa do *agrément*, o mesmo vale para o chefe da missão consular (este também precisa da autorização do Estado acreditado); esta autorização, na esfera consular, é dada mediante o *exequatur*. Porém, poderá o cônsul ser admitido de forma provisória para o exercício de suas funções, hipótese que não acontece com o chefe da missão diplomática.⁴⁸

Finalmente, em termos comparativos, deve-se destacar que a missão fundamental dos embaixadores (e de todos os membros das missões diplomáticas) é cuidar da política externa do Estado junto às soberanias estrangeiras; em outras palavras, embaixador faz a gestão de assuntos de Estado. Não menos importante são as atividades consulares do Estado. Na verdade, a atividade consular tem por finalidade primária cuidar de assuntos privados⁴⁹ dos nacionais do Estado quando estes indivíduos encontram-se instalados, provisória ou permanentemente, em territórios estrangeiros. São, por exemplo, os milhares de brasileiros que vivem em outros países, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos.

2.5. Das imunidades e privilégios diplomáticos

Depois de sabermos quem são os agentes diplomáticos, e quais as funções que eles praticam em favor das missões que eles representam, cabe-nos agora verificar quais são os privilégios e imunidades que os agentes deverão de usufruir no âmbito das missões diplomáticas. A primeira imunidade a que se refere a CVRD é em relação à missão diplomática, dispondo sobre a inviolabilidade da missão diplomática. Essa imunidade a que tem direito a missão diplomática busca garantir que os estabelecimentos e os locais da missão sejam protegidos de

⁴⁸ ACCIOLY, Hildebrando, 1888-1962, *Manual de direito internacional público* / G. E. D Nascimento e Silva, Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella – 17 ed.- São Paulo: Saraiva, 2009. p.385

⁴⁹ REZEK, Francisco. *Direito internacional público : curso elementar*. São Paulo: Saraiva 1991, p. 170

possíveis intervenções externas. Logo, deve o Estado receptor garantir a proteção do local da missão e ainda garantir a inviolabilidade do mobiliário e de quaisquer outros bens que se encontrem dentro do local da missão.⁵⁰

Caso emblemático de violação de missão diplomática foi a invasão da embaixada norte-americana em Teerã em 1979. Naquela ocasião, no contexto explosivo da revolução dos aiatolás, a sede da missão diplomática foi ocupada por estudantes iranianos, os quais tomaram como reféns vários diplomatas estadunidenses. A responsabilidade internacional do Estado iraniano deu-se, na verdade, por omissão, pois o aparato de segurança do Irã nada fez para impedir e dar fim à violação daquela embaixada. Por conta de tal episódio, gravíssimo sob todos os pontos de vista das relações internacionais, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com o Irã já em 1979 e até hoje, mais de três décadas depois, tais relações não foram restabelecidas, tendo inclusive a Corte Internacional de Justiça (CIJ) se manifestado desfavoravelmente ao Irã em sentença proferida em ação ajuizada pelo Estado norte-americano contra o Estado persa⁵¹.

A justificativa em relação a essa imunidade (inviolabilidade) decorre da necessidade de que a missão funcione na sua plenitude, pois ela não estaria alcançando seus objetivos e tendo a liberdade necessária para atuar se estivesse submetida a buscas policiais ou qualquer outra intervenção do Estado acreditado. Não pode, por isso mesmo, o Estado acreditado adentrar os locais da missão sem uma prévia permissão do chefe da missão (via de regra, embaixador); logo, seu poder de atuação perante o território revela-se limitado, em razão do fato de não poder exercer suas funções nas dependências da missão.⁵²

Os arquivos e documentos das missões (dentro ou fora das instalações) também são resguardados pelas imunidades quanto a sua inviolabilidade, pois a CVRD estabeleceu que “onde quer que se encontrem e em qualquer momento” eles estarão protegidos pela imunidade de inviolabilidade.

⁵⁰ BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Trad. Maria Manuela Farrajota e outros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p.374

⁵¹ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática: instrumentos de Política Externa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, pp. 57-58.

⁵² SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007. p. 132

Outros bens que se encontram abarcados por esta imunidade são os bens que realizam o transporte dos agentes diplomáticos, que como os arquivos e documentos, gozam de imunidade onde quer que se encontrem.⁵³

O artigo 27 da CVRD disciplina a maneira pela qual deverá o Estado acreditado cuidar das questões relacionadas à comunicação das missões e à inviolabilidade das mesmas:

Artigo 27

1. O Estado acreditado permitirá e protegerá a livre comunicação da Missão para todos os fins oficiais. Para comunicar-se com o Governo e demais Missões e Consulados do Estado acreditante, onde quer que se encontrem, a Missão poderá empregar todos os meios de comunicação adequados, inclusive correios diplomáticos e mensagens em código ou cifra. Não obstante, a Missão só poderá instalar e usar uma emissora de rádio com o consentimento do Estado acreditado.

2. A correspondência oficial da Missão é inviolável. Por correspondência oficial entende-se toda correspondência concernente à Missão e suas funções.

3. A mala diplomática não poderá ser aberta ou retida.

4. Os volumes que constituam a mala diplomática deverão conter sinais exteriores visíveis que indiquem o seu caráter e só poderão conter documentos diplomáticos e objetos destinados a uso oficial.

5. O correio diplomático, que deverá estar munido de um documento oficial que indique sua condição e o número de volumes que constituam a mala diplomática, será, no desempenho das funções, protegido pelo Estado acreditado. Gozará de inviolabilidade pessoal e não poderá ser objeto de nenhuma forma de detenção ou prisão.

6. O Estado acreditante ou a Missão poderá designar correios diplomáticos ad hoc. Em tal caso, aplicar-se-ão as disposições do parágrafo 5º deste artigo, mas as imunidades nele mencionadas deixarão de se aplicar, desde que o referido correio tenha entregado ao destinatário a mala diplomática que lhe fora confiada.

7. A mala diplomática poderá ser confiada ao comandante de uma aeronave comercial que tenha de aterrisar num aeroporto de entrada autorizado. O comandante será munido de um documento oficial que indique o número de volumes que constituam a mala, mas não será considerado correio diplomático. A Missão poderá enviar um de seus membros para receber a mala diplomática, direta e livremente, das mãos do comandante da aeronave.

⁵³ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.765

As imunidades que se referem a impostos serão tratadas no capítulo subsequente, por estarem relacionadas a casos verídicos de má utilização das mesmas. Dessa forma, iremos tratar das imunidades relativas diretamente aos agentes diplomáticos, uma vez que o abordado anteriormente relacionava-se diretamente à imunidade da missão.

Os agentes diplomáticos são invioláveis perante o Estado acreditado; logo, não podem sofrer a prática de qualquer ato que seja coercitivo, como atos que possam ofender a sua dignidade ou atos que venham a ser violentos ou injuriosos. Assim, cabe ao Estado acreditado impedir que atos com essas características sejam praticados por seus agente internos (por exemplo, polícia), impedindo até que seja feita a detenção ou prisão do referido agente diplomático.⁵⁴

Já quanto à residência do diplomata, e seus documentos, podemos aplicar as mesmas regras aplicadas ao local da missão diplomática. Porém, quanto aos bens do agente diplomático, tais como carros, objetos pessoais, bens móveis e até contas bancárias, estes não podem ser sequestrados e muito menos apreendidos por qualquer autoridade do Estado acreditado; mas, para que estes bens sejam enquadrados dentre os invioláveis, devem estar excluídas as três hipóteses enumeradas nas alíneas a, b e c do parágrafo 1 do artigo 31 da CVRD.⁵⁵ Tem também o agente diplomático imunidade quanto à jurisdição local do Estado acreditado⁵⁶. Apenas a título de exemplo, devemos citar as imunidades jurisdicionais penal, civil e administrativa, temas que serão abordados com maior profundidade no próximo capítulo.

⁵⁴ BROWNIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Trad. Maria Manuela Farrajota e outros. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1997, p.376

⁵⁵ Artigo 31 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

1. O agente diplomático gozará da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará também da imunidade de jurisdição civil e administrativa, a não ser que se trate de:

a) uma ação sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditante para os fins da missão;
b) uma ação sucessória na qual o agente diplomático figure, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário;
c) uma ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.

⁵⁶ SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007. p. 152

Dispõe ainda referida convenção que “o agente diplomático não é obrigado a prestar depoimento como testemunha”.⁵⁷ Porém, admite exceção. Podendo mediante pedido do Ministério das Relações Exteriores o Estado consentir e permitir que seu agente preste seu testemunho. Observa-se que há um espírito de cooperação, fazendo com que sempre que possível exista a colaboração entre os Estados.⁵⁸

Ademais, é importante ressaltar que haverão de usufruir das imunidades acima descritas não somente os agentes diplomáticos, como também os membros de suas famílias, desde que os respectivos familiares residam com os agentes diplomáticos.⁵⁹ Outros que usufruem: membros do pessoal administrativo e técnico, membros do pessoal de serviço e, ainda, os empregados domésticos privados de um membro da missão. Nesses termos, dispõe o artigo 37 da CVRD :

[...]

2. Os membros do pessoal administrativo e técnico da Missão, assim como os membros de suas famílias que com eles vivam, desde que não sejam nacionais do Estado acreditado nem nele tenham residência permanente, gozarão dos privilégios e imunidades mencionados nos artigos 29 a 35, com a ressalva de que a imunidade de jurisdição civil e administrativa do Estado acreditado, mencionada no parágrafo 1º do artigo 31, não se estenderá aos atos por eles praticados fora do exercício de suas funções; gozarão também dos privilégios mencionados no parágrafo 1º do artigo 36; no que respeita aos objetos importados para a primeira instalação.

3. Os membros do pessoal de serviço da Missão, que não sejam nacionais do Estado acreditado nem nele tenham residência permanente, gozarão de imunidades quanto aos atos praticados no exercício de suas funções, de isenção de impostos e taxas sobre os salários que perceberem pelos seus serviços e da isenção prevista no artigo 33.

4. Os criados particulares dos membros da Missão, que não sejam nacionais do Estado acreditado nem nele tenham residência permanente, estão isentos de impostos e taxas sobre os salários que perceberem pelos seus serviços. Nos demais casos, só gozarão de privilégios e imunidades na medida reconhecida pelo referido Estado. Todavia, o Estado acreditado deverá exercer a sua jurisdição sobre

⁵⁷ Artigo 31 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas[...]

2. O agente diplomático não é obrigado a prestar depoimento como testemunha.

⁵⁸ SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007. p. 160

⁵⁹ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 766-767.

tais pessoas de modo a não interferir demasiadamente com o desempenho das funções da Missão.

Logo, fica demonstrado que não somente os ditos agentes diplomáticos gozam das imunidades, obtendo também os privilégios e imunidades os membros acima elencados; porém, estes com menor amplitude em relação aos que são estipulados para os agentes diplomáticos.

2.6. Das imunidades e privilégios consulares

As imunidades consulares em certas horas vão apresentar varias semelhanças as imunidades relacionadas aos agentes diplomáticos, no entanto haverá momentos em que teremos diferenças por se tratar de missões com funções distintas.⁶⁰

Começamos pela imunidade referente a inviolabilidade das missões consulares. Como na inviolabilidade do local da missão diplomática também é inviolável o local do posto consular, não podendo portanto, nenhum agente do Estado acreditado adentrar no ressoito consular sem prévia autorização do Chefe da referida missão. Mas diferentemente da missão diplomática, existe a possibilidade em que agentes do Estado acreditado poderão entrar de forma lícita no local utilizado pela missão consular, essa está disposta no CVRC, onde diz que “o consentimento do chefe da repartição consular poderá ser presumido em caso de incêndio ou outro sinistro que exija medidas de proteção imediata”.⁶¹

Da mesma forma que é dever do Estado receptor garantir a proteção das missões diplomáticas, também cabe a Ele fazê-la pela missão consular, bem como garantir que sejam os bens consulares invioláveis. A justificativa para que o Estado acreditado realize esses procedimentos é basicamente o mesmo relativo as

⁶⁰ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 773

⁶¹ ACCIOLY, Hildebrando, 1888-1962, *Manual de direito internacional público* / G. E. D Nascimento e Silva, Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella – 17 ed.- São Paulo: Saraiva, 2009. p. 386

missões diplomáticas, que seria o de Estado acreditante poder exercer suas funções com a maior independência possível.⁶²

A inviolabilidade que se da aos documentos e arquivos consulares é tratada da mesma forma que é tratada a inviolabilidade destes perante as missões diplomática, logo sempre serão invioláveis onde quer que estejam situados.⁶³

O artigo 32 da CVRC trata sobre a isenção fiscal que tem os locais consulares porem diferentemente das missões diplomáticas, a convenção traz em seu artigo 49 limitações a utilização desta isenção fiscal, fazendo com que exista ai uma diferença entre as imunidades e prerrogativas das missões diplomáticas e as repartições consulares.⁶⁴

Para que fique demonstrado, quais são essas limitações impostas pela referida convenção, artigo 49 :

Isenção fiscal

1. Os funcionários e empregados consulares, assim como os membros de suas famílias que com eles vivam, estarão isentos de quaisquer impostos e taxas, pessoais ou reais, nacionais, regionais ou municipais, com exceção dos:

- a) impostos indiretos normalmente incluídos no preço das mercadorias ou serviços;*
- b) impostos e taxas sobre bens imóveis privados situados no território do Estado receptor, sem prejuízo das disposições do artigo 32;*
- c) impostos de sucessão e de transmissão exigíveis pelo Estado receptor, sem prejuízo das disposições do parágrafo b do artigo 51;*
- d) impostos e taxas sobre rendas particulares, inclusive rendas de capital, que tenham origem no Estado receptor, e impostos sobre capital, correspondentes a investimentos realizados em empresas comerciais ou financeiras situadas no Estado receptor;*
- e) impostos e taxas percebidos como remuneração de serviços específicos prestados;*

⁶² BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Trad. Maria Manuela Farrajota e outros. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1997, p.383

⁶³ BRASIL, de Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967. *Convenção de Viena Sobre Relações Consulares*. Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/multiconsul.htm>>. Acesso em 05 de março de 2010.

⁶⁴ ACCIOLY, Hildebrando, 1888-1962, *Manual de direito internacional público* / G. E. D Nascimento e Silva, Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella – 17 ed.- São Paulo: Saraiva, 2009. p. 387

f) direitos de registro, taxas judiciárias, hipoteca e selo, sem prejuízo do disposto no artigo 32.

2. Os membros do pessoal de serviço estarão isentos de impostos e taxas sobre salários que recebam como remuneração de seus serviços.

3. Os membros da repartição consular que empregarem pessoas cujos ordenados ou salários não estejam isentos de impostos de renda no Estado receptor deverão respeitar as obrigações que as leis e regulamentos do referido Estado impuserem aos empregadores em matéria de cobrança do imposto de renda.

Quando a questões relacionadas a comunicação das repartições consulares, temos o artigo 35 da CVRC que trata do assunto, no entanto é interessante saber que se assemelha muito com o artigo 27 da CVRD. Existindo apenas uma diferença entre eles quanto a mala ambas no seu paragrafo 3, onde acaba a convenção de Viena sobre relações consulares permitindo que possam as autoridades pedir para que seja aberta a mala, por considerarem haver algo que não é permitido dentro da mala, porém isto tudo com a diante da presença de uma autoridade do Estado que envia a mala. Por estes motivos entende-se que a proteção dada as repartições consulares é menos absoluta que as das missões diplomáticas.⁶⁵

Quanto as imunidades inerentes aos agentes consulares, também detém eles da inviolabilidade pessoal, não podendo ser preso ou detido a não ser em caso de crime grave e em decorrência de decisão de autoridade judicial. Onde mais uma vez fica demonstrada a menor gama de imunidades referentes aos agentes consulares.⁶⁶

Umas das imunidades que detém os agentes diplomáticos e não detém os agentes consulares é a não obrigação de prestar depoimentos, seja ao judiciário ou a processos administrativos. Os agentes consulares de acordo com o artigo 44 da CVRC:

⁶⁵ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.733

⁶⁶ PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.774

Obrigações de prestar depoimento

1. Os membros de uma repartição consular poderão ser chamados a depor como testemunhas no decorrer de um processo judiciário ou administrativo. Um empregado consular ou um membro do pessoal de serviço não poderá negar-se a depor como testemunha, exceto nos casos mencionados no parágrafo 3 do presente artigo. Se um funcionário consular recusar-se a prestar depoimento, nenhuma medida coercitiva ou qualquer outra sanção ser-lhe-á aplicada.

2. A autoridade que solicitar o testemunho deverá evitar que o funcionário consular seja perturbado no exercício de suas funções. Poderá tomar o depoimento do funcionário consular em seu domicílio ou na repartição consular, ou aceitar sua declaração por escrito, sempre que for possível.

3. Os membros de uma repartição consular não serão obrigados a depor sobre fatos relacionados com o exercício de suas funções, nem a exhibir correspondência e documentos oficiais que a elas se refiram. Poderá, igualmente, recusar-se a depor na qualidade de peritos sobre as leis do Estado que envia.

Deste modo, os membros da repartição consular acabam por ter uma limitação quanto às suas prerrogativas visto que estes não poderão se negar a prestar depoimento. Porém, este testemunho não pode atrapalhar o funcionamento da repartição, cabendo à autoridade evitar que isto aconteça. Ainda assim, não podem ser obrigados a divulgar informações referente às funções consulares.

CAPÍTULO 3 – TEORIA DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA

3.1 Da jurisdição

O termo jurisdição nos traz o sentido de dizer o direito, como também é entendido como efetivação de um direito material, onde o poder judiciário, que não está subordinado a nenhum outro poder, diz qual o direito que será aplicado entre as partes que estão buscando dirimir seus conflitos.⁶⁷

Logo, quando tratarmos de imunidade de jurisdição, estaremos nos referindo ao poder de o Estado por meio do poder judiciário apreciar e julgar, demonstrando qual o meio mais adequado para ser adotado com o objetivo de que o conflito tenha um fim.⁶⁸

De acordo com Rezek, a jurisdição pode ser entendida de forma geral ou exclusiva. A primeira abordada se refere a um domínio geral das competências, como as legislativas, jurisdicionais e administrativas. Já a segunda, indica que somente o Estado exercerias essas competências em seu território, não admitindo, deste modo, a concorrência, podendo somente ele restringir direitos ou decidir sobre litígios de sua competência territorial.⁶⁹

Flávia Machado indica que a jurisdição é poder intrínseco ao Estado que o autoriza a submeter aplicar e submeter tanto pessoas como bens aos seus tribunais.⁷⁰

Do ponto de vista de Antenor Madruga Filho, o conceito de jurisdição poderia ser dividido em *lato sensu* e *stricto sensu*. O *lato sensu* representando a jurisdição legislativa e administrativa junto com a jurisdição judiciária, que é a que nos importa quanto ao assunto da imunidade de jurisdição a que tem direito os

⁶⁷ MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003, p.70

⁶⁸ MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003, p.71

⁶⁹ REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 11ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2008 pp. 161-162

⁷⁰ CRUZ, Flávia Machado. *Direito internacional público – Niterói, RJ: Impetus, 2010, p.135*

representantes das missões diplomáticas. Buscando assim, demonstrar que esta jurisdição *lato sensu* seria uma forma de delimitar o espaço em que as funções estatais teriam validade.⁷¹

No conceito de *stricto sensu*, a jurisdição ao poder do judiciário, com a competência para aplicar o direito as situações que forem levadas aos tribunais para que assim possa o Estado realizar a aplicação efetiva das normas e princípios estabelecidos em sua legislação.⁷²

3.2. Da imunidade de jurisdição diplomática

A imunidade de jurisdição era baseada no princípio da extraterritorialidade, onde era considerado o local onde a missão diplomática se encontrava, território estrangeiro, e assim estariam estes locais fora da jurisdição local. Logo, não seriam submetidos a jurisdição em nenhum momento. Este princípio da extraterritorialidade advém de regras consuetudinárias, regras estas que não estão positivadas em qualquer que sejam os tratados, assim sendo por questão de estarem presentes nos costumes antigos.⁷³

Tanto a imunidade de jurisdição penal como a civil que são conferidas aos agentes diplomáticos já existem de longas datas, mas precisamente desde os séculos XVI e XVIII. Já que foram adquiridas por meio de tradição histórica e jurídica, pois tinham-se o costume de que os enviados em missões fossem imunes à jurisdição estrangeira.⁷⁴

Portanto, a imunidade de jurisdição surge com o intuito de garantir a independência e estabilidade dos agentes diplomáticos, baseado na

⁷¹ MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003, p.72

⁷² MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003, p.72

⁷³ SOARES, Guido Fernando Silva, *Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais: Formas da diplomacia e as imunidades* 1 ed.- Rio de Janeiro: Forense, 2001, .p.19-20.

⁷⁴ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática: instrumento de política externa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p.41

extraterritorialidade, por ser uma ficção jurídica de extensão dos efeitos das regras aplicáveis a determinados indivíduos no território nacional.⁷⁵

Esta espécie de imunidade que é a de jurisdição que os agentes diplomáticos detém, estão amparadas na regra costumeira do *par in parem non habet iudicium* ou seja, não pode um Estado soberano ser submetido a foro de jurisdição doméstica de outro Estado sem que seja de sua vontade.⁷⁶

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas como já visto adotou a teoria da necessidade funcional como seu fundamento jurídico para tratar das questões de imunidade diplomática, fazendo com que se restringisse o conceito de imunidade de jurisdição.⁷⁷

Podemos observar que a imunidade de jurisdição nos Estados era considerada absoluta, uma vez que se a situação não se enquadrasse na exceção estabelecida na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, o Estado não poderia ser julgado nem condenado por um ato praticado fora de sua jurisdição, conforme se observa no caso “*The Schooner Exchange versus McFaddon*”, julgado nos Estados Unidos, em 1812.⁷⁸

“A jurisdição das cortes é um ramo do que a nação possui como um Poder soberano e independente. A jurisdição da nação dentro do seu próprio território é necessariamente exclusiva e absoluta. Não é susceptível de qualquer limitação, senão imposta por ela mesma. Qualquer restrição a ela, que derive sua validade de uma fonte externa, implicaria numa diminuição de sua soberania, nos limites de tal restrição e uma investidura daquela soberania, nos mesmos limites em que aquele poder que poderia impor tal restrição”.

A imunidade de jurisdição segundo a qual *par in parem non habet iudicium*, traduzido anteriormente, foi a base, durante muito tempo, da teoria da

⁷⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 482.

⁷⁶ REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 11ª Ed.- São Paulo: Saraiva, 2008, p.175.

⁷⁷ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática: instrumento de política externa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p.41.

⁷⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p.493.

imunidade de jurisdição. A tese da imunidade absoluta, na qual o rei não errava, a partir de 1970 começou a sofrer relativização.⁷⁹

Por ser considerada absoluta os tribunais se declaravam incompetentes para julgar ações onde configuravam no pólo passivo a missão diplomática ou os próprios agentes diplomáticos.⁸⁰

Segundo o Ministro Rezek, desde 1970, a imunidade absoluta, que é considerada extensiva, já está fora de contexto. Entretanto, no Brasil ainda se defendia a imunidade absoluta. A regra consuetudinária que conduzia os ordenamentos dos Estados quanto a referida imunidade de jurisdição não poderia mais ser colocada como incontestável.⁸¹

A teoria da imunidade relativa surgiu na Bélgica e foi estendida por vários países, como a Itália, Egito, Suíça, Alemanha, Áustria, Jordânia e Estados Unidos, dentre outros, onde não há imunidade para os atos de gestão.⁸²

O costume internacional que baseia a maioria dos países quanto à imunidade de jurisdição do Estado, em relação às matérias trabalhistas, é no sentido de não conceder a referida imunidade.⁸³

3.3. Dos atos de gestão x atos de império

Há casos em que a imunidade não é aplicada. Entende-se que esta só deve ser utilizada nos casos de atos de império, ou seja, oriundos do poder imperial, envolvendo matéria diretamente de soberania. São atos unilaterais e que tem como característica a imposição da vontade do Estado.

⁷⁹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 481-484.

⁸⁰ VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Público*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 320

⁸¹ REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 11ª Ed.- São Paulo: Saraiva, 2008, p.179.

⁸² FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. *Imunidade de jurisdição trabalhista dos entes de direito internacional público*. São Paulo: LTr, 1986, p. 44.

⁸³ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 502.

Autores contemporâneos entendem ser necessário a distinção entre atos de império e atos de gestão, uma vez que se os atos praticados não tiverem relação direta com a ideia de soberania, poderia deixar de se aplicar a imunidade.⁸⁴

Por outro lado, existem os atos de gestão, que são aqueles em que os agentes agem em igualdade com os particulares. O problema reside no fato que os agentes internacionais, muitas vezes, argumentam que estão praticando ato de império, quando na verdade é um típico ato de gestão.⁸⁵

Deve ficar claro que um Estado não deixa de ser considerado soberano quando pratica ato de gestão ou até mesmo quando aceita a se submeter a regime jurídico de direito privado.⁸⁶ O Estado só será submetido à jurisdição estrangeira, com o afastamento da imunidade de jurisdição, quando forem praticados atos de gestão.

Diversos países adotaram a distinção entre atos de impérios e atos de gestão das missões diplomáticas, com o intuito de restringir as imunidades que foram dadas às missões diplomáticas, uma vez que o Estado estrangeiro não será submetido à jurisdição do outro Estado quando no exercício de atos de império. Esta medida visa um equilíbrio maior em relação à questão da imunidade de jurisdição, por considerarem que a forma antes utilizada de imunidade absoluta de jurisdição é prejudicial ao Estado acreditado.⁸⁷

Houve uma tentativa de diferenciar estes atos, definindo quais são os atos de gestão. Porém, nada restou decidido em nosso país. Surgiu a ideia da criação de critérios como a natureza ou a finalidade do ato que seria praticado. Mas, ainda sim, não é possível de forma conclusiva limitar ato de gestão e ato de império. Como exemplo, temos a *“aquisição pelo Estado de equipamento militar para a troca. Como classificar o ato? Quanto à natureza, é comercial. Em relação à finalidade, é*

⁸⁴ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p.495.

⁸⁵ MENEZES, Wagner. *O Direito Internacional e o Direito Brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 2004, pp.775-776.

⁸⁶ MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003 pp. 136-139

⁸⁷ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática: instrumento de política externa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, pp.57-58.

*de império, já que diz respeito à satisfação de funções próprias às Forças Armadas. Mas o que fazer com eventual excedente? Vender?"*⁸⁸

Portanto, tem-se que sempre vai existir divergência da classificação do ato, pois o agente diplomático que praticar um ato particular, tentará que seja considerado ato de império, uma vez que estaria imune. Há de ser analisado caso a caso.

3.4. Aplicação da distinção da jurisdição pelos países

Na jurisprudência italiana, a partir do ano de 1886, assim como na belga, a partir de 1903, os doutrinadores entenderam ser necessária a separação dos atos em *acta juri imperi* e *acta juri gestionis* (ou *negotie*)⁸⁹. Os primeiros seriam imunes à jurisdição do Estado, por estarem no exercício de função pública. Por outro lado, o ato de gestão seria aquele em que qualquer pessoa pode realizar sendo, para tanto, passível de submissão a jurisdição local.⁹⁰

Como foi observado no tópico anterior, há uma dificuldade em se estabelecer como seria classificado cada ato praticado pelo agente diplomático. Os Estados Unidos foi o primeiro país a estabelecer uma lei escrita na *Common Law*⁹¹ na qual se fez distinção entre os atos imunes à jurisdição e atos não imunes. Isto foi necessário em razão dos juízes norte-americanos não conseguirem delimitar a questão. *For Sovereign Immunity Acts – SAI*, como é chamada, diferenciou os atos em vermelhos e verdes, sendo vermelhos os que gozam da imunidade de jurisdição, enquanto que os verdes são relativos aos atos não imunes.⁹²

A lei inglesa, *State Immunity Act (1978)*, teve como exemplo a norte-americana, *For Sovereign Immunity Acts (1976)*, buscando identificar atos que responderiam perante o Estado. Mais tarde veio a Convenção Europeia da Basiléia

⁸⁸ GARCIA, Márcio e Antenor Pereira Madruga Filho (coordenadores). *A imunidade de jurisdição e o Judiciário brasileiro*. Brasília: CEDI, 2002, p.90.

⁸⁹ FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. *Imunidade de jurisdição trabalhista dos entes de direito internacional público*. São Paulo: LTr, 1986, p. 33.

⁹⁰ SOARES, Guido Silva. *Imunidade de jurisdição: evolução e tendências*. In: Imunidade soberana: o Estado estrangeiro diante do juiz nacional. Brasília: CFJ, volume 19, 2001, p.15.

⁹¹ Common Law é uma estrutura mais utilizada por países de origem anglo-saxônica como Estados Unidos e Inglaterra.

⁹² SOARES, Guido Silva. *Imunidade de jurisdição: evolução e tendências*. In: Imunidade soberana: o Estado estrangeiro diante do juiz nacional. Brasília: CFJ, volume 19, 2001, p.15.

sobre as imunidades do Estado, sendo sustentada em sua maior parte no modelo americano.⁹³

Atualmente, países como Cingapura, Paquistão, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra têm leis que definem para seus magistrados quais atos estão amparados pela imunidade de jurisdição.⁹⁴

Os Estados que se baseiam na *Civil Law*⁹⁵, assim como na *Common Law*, fazem a distinção dos atos, classificando-os em “atos públicos” ou “atos privados”, “potência pública” ou “um simples particular”, seguindo sempre a ideia de que se forem praticados em nome do Estado são imunes.⁹⁶

O Brasil, como citado anteriormente, segue a regra da imunidade absoluta, porém o Supremo Tribunal Federal vem demonstrando uma aceitação maior quanto à imunidade relativa de jurisdição. Em ação cível originária n.575- DF, o Ministro Celso de Mello proferiu decisão seguindo o raciocínio de que atos relacionados a negócios privados, que poderia se entender como atos que não sejam de império, não estariam abarcados pela imunidade de jurisdição.⁹⁷

Logo, percebe-se que o Poder Judiciário brasileiro vem aos poucos buscando acompanhar as decisões e discussões relativas aos limites das imunidades. Fazendo assim com que busque uma relativização quanto à imunidade de jurisdição.

Essa relativização da imunidade de jurisdição tem início no julgado Supremo Tribunal Federal, na Apelação Cível n. 9696-3/SP, de 31 de maio de 1989, com o relator Ministro Sydney Sanches, que acabou por decidir que: “não há

⁹³ SOARES, Guido Silva. *Imunidade de jurisdição: evolução e tendências*. In: Imunidade soberana: o Estado estrangeiro diante do juiz nacional. Brasília: CFJ, volume 19, 2001, p.16.

⁹⁴ SOARES, Guido Silva. *Imunidade de jurisdição: evolução e tendências*. In: Imunidade soberana: o Estado estrangeiro diante do juiz nacional. Brasília: CFJ, volume 19, 2001, p.16.

⁹⁵ Civil Law é uma estrutura mais utilizada por países de origem romano-germânico, conhecido também como direito continental.

⁹⁶ SOARES, Guido Silva. *Imunidade de jurisdição: evolução e tendências*. In: Imunidade soberana: o Estado estrangeiro diante do juiz nacional. Brasília: CFJ, volume 19, 2001, p.16.

⁹⁷ STF. Ação Cível Originária n. 575-DF. Relator: Ministro Celso de Mello. Decisão de 01.08.2000. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ACO%24%2ESCLA%2E+E+575%2ENUME%2E%29&base=baseMonocraticas>> acesso em 8 de março de 2011.

*imunidade de jurisdição para o Estado estrangeiro em causa de natureza trabalhista*⁹⁸. O fundamento utilizado pelo relator foi o seguinte:

“Ocorreu, todavia, como se viu no novo texto constitucional de 1988, importante alteração quanto à imunidade de Estado estrangeiro à jurisdição brasileira, antes decorrente da Convenção de Viena”.

A interpretação feita pelo Ministro relator foi de que o artigo 114 da Carta Magna não considerou a imunidade de jurisdição quando determinou que os entes de Direito Público externo pudessem figurar no pólo passivo da relação processual⁹⁹.

Importante parte do voto-vista do Ministro Rezek, na supramencionada Apelação Cível, é referente às ações em desfavor do agente diplomático ou da própria missão:

“[...] a observação da vida judiciária é que raras vezes alguém intenta no Brasil um processo contra a pessoa do diplomata ou cônsul estrangeiro. O que mais vemos são demandas dirigidas contra a pessoa jurídica de direito público externo, contra o Estado estrangeiro. Essas demandas, quando não têm índole trabalhista – o que ocorre em mais de dois terços dos casos – têm índole indenizatória e concernem à responsabilidade civil [...]”.

Ainda em relação à Apelação Cível n. 9696-3/SP, o Ministro Rezek acompanhou o relator quanto ao provimento do recurso, entretanto, divergiu quanto a fundamentação. Em seu voto-vista esclareceu que o artigo 114 da Constituição de 88 é uma norma de competência interna e fez um histórico considerando a evolução da norma consuetudinária da imunidade, demonstrando que desde na década de

⁹⁸ Apelação Cível n. 9.696-3/SP, de 31 de maio de 1989. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118>> acesso em 21 de janeiro de 2011.

⁹⁹ ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim. *A Imunidade de Jurisdição Trabalhista e o Artigo 114 da Constituição*. In: MENEZES, Wagner (org.). *O Direito Internacional e o Direito Brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 775.

setenta, no que se refere ao direito internacional, a imunidade absoluta não mais se sustentava quanto a demandas trabalhistas.¹⁰⁰ É o que se observa:

"Parece-me – é neste ponto que divirjo do eminente relator – que essa é uma norma relacionada tão-só com competência. A norma está hoje dizendo que o processo de tal jaez é afeto, desde sua origem, à Justiça do Trabalho. Havia norma, no direito constitucional anterior, dizendo que litígios opondo o indivíduo residente no Brasil ao Estado estrangeiro são afetos à Justiça Federal comum. (...) Tudo quanto há de novo, no texto de 1988, é um deslocamento de competência: o que até então estava afeto à Justiça Federal comum passou ao domínio da Justiça do Trabalho. Não há mais, no art. 114, que uma regra relacionada com o foro hábil para dar deslinde a esse gênero de demanda, sem embargo de eventual subsistência de normas que possam excluir a jurisdicionalidade do demandado, quando seja esta pessoa jurídica de direito público externo" [...]

[...] "Ao nosso ver, certas quebras tópicas do princípio da imunidade absoluta estavam ocorrendo nas capitais de determinados países do Ocidente, onde Estados estrangeiros se faziam representar não só por atos de rotina diplomática ou consular, mas também para atividades inteiramente estranhas a esse intento. Assim acontecia em Londres, assim acontecia em Berna, assim acontecia em certos outros núcleos de grande efervescência capitalista. Estados estrangeiros ali estavam presentes com suas embaixadas e seus consulados, mas também com escritórios, nem sempre muito transparentes, embora desenganadamente governamentais, que ali mercadejavam em bolsas de valores, comerciavam e especulavam a diversos títulos. Era mais do que natural que os Governos locais em certo momento se advertissem de que semelhante ação não podia ser alcançada pela imunidade. Por quê entendíamos, nós, que essa ideia variante da velha tradição não nos alcançava? Porque em Brasília, assim como no Cairo, em Moscou ou em Praga, não existem Estados estrangeiros representados para fins que não os estritamente diplomáticos e consulares. E dentro da rotina diplomática e consular entendíamos que tudo é ato de império".

Com esse pensamento o STF veio por meio de seus Ministros julgando pela relativização da imunidade de jurisdição quando se tratar de questões relativas matérias trabalhistas, conforme fica demonstrado em outros julgados.

O Ministro Celso de Mello em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário n. 222.368-4/PE admitiu haver uma limitação da aplicação do preceito da imunidade de jurisdição com base na relevância do aspecto sócio-econômico do

¹⁰⁰ Apelação Cível n. 9.696-3/SP, de 31 de maio de 1989. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118>> acesso em 21 de janeiro de 2011.

trabalhador que reside no Brasil.¹⁰¹ Com isso o não reconhecimento da imunidade em litígios trabalhistas acarreta o enriquecimento ilícito do Estado estrangeiro.¹⁰²

Da mesma forma veio o Ministro Vantuil Abdal proferir seu julgamento no caso *Consulado Geral da República Federal da Alemanha v. Carlos Alberto do Nascimento*. Em seu voto sustentou que não subsistiria a imunidade absoluta perante o preceito legal contido no artigo 5º, XXXV da CF/88, não podendo o poder judiciário negar a prestação jurisdicional a seus nacionais quando estes tiverem lesados seus direitos trabalhistas por Estados estrangeiros, em território nacional.¹⁰³

São assim alguns exemplos de casos que seguiram a orientação jurisprudencial do STF de não acolhimento da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista: *República do Equador v. Maria do Socorro Soares da Costa*¹⁰⁴; *Timoteo José Urcino v. Estado da República Socialista da Iugoslávia*¹⁰⁵; *Estados Unidos da*

¹⁰¹ Trecho do voto do Min. Celso de Mello: "(...) revelar-se efetivamente incabível, no caso em exame, o reconhecimento da imunidade de jurisdição, pretendido pelo Estado estrangeiro ora recorrente. O fato irrecusável é um só: privilégios diplomáticos não podem ser invocados, em processo trabalhistas, para contestar o enriquecimento sem causa de Estados estrangeiros, em injusto detrimento de trabalhadores residentes em território brasileiro, sob pena de essa prática consagrar inaceitável desvio ético-jurídico incompatível com o princípio da boa fé e com os grandes postulados do direito internacional".

¹⁰² Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental em Recurso Extraordinário. Imunidade de Jurisdição. Trabalhista. Agravo Regimental em Recurso Extraordinário n. 222.368-4/PE. Recorrente: Consulado Geral do Japão. Recorrido: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Ministro Relator: Celso de Mello. abr. 2002. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.gov.br/Jurisprudencia/lt/frame.asp?classe=RE-AgR&processo=222368&origem=IT&cod_classe=539>. Acesso em: 29 de janeiro de 2011.

¹⁰³ Recurso de Revista n.º 167.741 do TST julgado em 03/12/1997. Ementa: "IMUNIDADE RELATIVA. As relações trabalhistas são atos de gestão que se colocam ao largo dos atos decorrentes do "jus imperii". Recurso de Revista não conhecido". Relator Ministro Loureço Prado. Disponível em <www.tst.gov.br> acesso em 15 de março de 2011.

¹⁰⁴ Recurso de Revista n.º 107.679 do TST julgado em 28/06/1995. Ementa: "ESTADO ESTRANGEIRO - IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. Ainda que se reconheça que o artigo 114, 'caput', da Constituição da República encerra apenas, uma regra de competência quanto aos entes de direito publico externo, por não se poder admitir que o legislador constituinte dispusesse sobre a imunidade de jurisdição, todavia, as Convenções de Viena não asseguram essa imunidade, que se assentava nos direitos das gentes, de observância uniforme no plano internacional. Entretanto, a comunidade internacional, com a quebra do principio por alguns países, não mais observa essa diretriz, quando o ente de direito publico externo nivela-se ao particular, em atos de negócio ou de gestão. A imunidade persiste, pois, em se tratando de atos de império. Recurso conhecido e a que se nega provimento". Relator Ministro Indalécio Gomes Neto. Disponível em : < www.tst.gov.br > acesso em 15 de março de 2011.

¹⁰⁵ Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 139671-8 do STF julgado em 20/06/1995. Ementa: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - ESTADO ESTRANGEIRO - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA POR EMPREGADOS DE EMBAIXADA - IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO - CARÁTER RELATIVO - RECONHECIMENTO DA JURISDIÇÃO DOMESTICA DOS JUIZES E TRIBUNAIS BRASILEIROS - AGRADO IMPROVIDO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.

*América v. Paulo da Silva Valente e outro*¹⁰⁶; *Manoel Alves de Souza v. Consulado de Portugal*¹⁰⁷ entre outros.

CONTROVERSIA DE NATUREZA TRABALHISTA. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS. A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, quando se tratar de litígios trabalhistas, revestir-se-á de caráter meramente relativo e, em consequência, não impedirá que os juízes e Tribunais brasileiros conheçam de tais controvérsias e sobre elas exerçam o poder jurisdicional que lhes é inerente. ATUAÇÃO DO ESTADO ESTRANGEIRO EM MATÉRIA DE ORDEM PRIVADA. INCIDÊNCIA DA TEORIA DA IMUNIDADE JURISDICIONAL RELATIVA OU LIMITADA. O novo quadro normativo que se delineou no plano do direito internacional, e também no âmbito do direito comparado, permitiu - ante a realidade do sistema de direito positivo dele emergente - que se construísse a teoria da imunidade jurisdicional relativa dos Estados soberanos, tendo-se presente, para esse específico efeito, a natureza do ato motivador da instauração da causa em juízo, de tal modo que deixa de prevalecer, ainda que excepcionalmente, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição, sempre que o Estado estrangeiro, atuando em matéria de ordem estritamente privada, intervier em domínio estranho aquele em que se praticam os atos *jure imperii*. Doutrina. Legislação comparada. Precedente do STF. A teoria da imunidade limitada ou restrita objetiva institucionalizar solução jurídica que concilie o postulado básico da imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro com a necessidade de fazer prevalecer, por decisão do Tribunal do foro, o legítimo direito do particular ao ressarcimento dos prejuízos que venha a sofrer em decorrência de comportamento imputável a agentes diplomáticos, que, agindo ilicitamente, tenham atuado *more privatorum* em nome do País que representam perante o Estado acreditado (o Brasil, no caso). Não se revela viável impor aos súditos brasileiros, ou a pessoas com domicílio no território nacional, o ônus de litigarem, em torno de questões meramente laborais, mercantis, empresariais ou civis, perante tribunais alienígenas, desde que o fato gerador da controvérsia judicial - necessariamente estranho ao específico domínio dos *acta jure imperii* - tenha decorrido da estrita atuação *more privatorum* do Estado estrangeiro. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A DOCTRINA DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO RELATIVA OU LIMITADA. Os Estados Unidos da América - parte ora agravante - já repudiaram a teoria clássica da imunidade absoluta naquelas questões em que o Estado estrangeiro intervém em domínio essencialmente privado. Os Estados Unidos da América - abandonando a posição dogmática que se refletia na doutrina consagrada por sua Corte Suprema em *Schooner Exchange v. McFaddon* (1812) - fizeram prevalecer, já no início da década de 1950, em típica declaração unilateral de caráter diplomático, e com fundamento nas premissas expostas na *Tate Letter*, a conclusão de que 'tal imunidade, em certos tipos de caso, não deveria continuar sendo concedida'. O Congresso americano, em tempos mais recentes, institucionalizou essa orientação que consagra a tese da imunidade relativa de jurisdição, fazendo-a prevalecer, no que concerne a questões de índole meramente privada, no *Foreign Sovereign Immunities Act* (1976) ".AI 139671 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, julgado em 20/06/1995. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28AI%24%2ESCLA%2E+E+139671%2ENUM%2E%29+OU+%28AI%2EACMS%2E+ADJ2+139671%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>> acesso em 5 de março de 2011.

¹⁰⁶ Apelação Cível n.º 7/BA do STJ julgada em 03/04/1990. Ementa: "ESTADO ESTRANGEIRO - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. Princípio da imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros era entre nós adotado, não por força das Convenções de Viena, que cuidam de imunidade pessoal, mas em homenagem a costumes internacionais. Ocorre que esses tendo evoluído, não mais se considera essa imunidade como absoluta, inaplicável o princípio quando se trata de litígios decorrentes de relações rotineiras entre o Estado estrangeiro, representado por seus agentes, e os súditos do país em que atuam. Precedente do Supremo Tribunal Federal". Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/webstj/processo/Justica/detalhe.asp?numreg=199000012260&pv=020000000000&tp=51>> acesso em 10 de março de 2011.

¹⁰⁷ Apelação Cível n.º 9 do STJ julgada em 30/09/1991. Ementa: "TRABALHISTA. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. EMPREGADO DE EMBAIXADA. Vigora o princípio da relatividade de imunidade de jurisdição de ente público de direito externo, que se acha submetido à brasileira para dirimir dissídio individual de trabalho, resultante de emprego sob o regime da CLT". Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/webstj/processo/Justica/detalhe.asp?numreg=199100004804&pv=000000000000>> acesso em 12 de março de 2011.

Em âmbito mundial foi aprovado pela Comissão de Direito Internacional, inspirado nas legislações nacionais dos Estados Unidos e do Reino Unido, a *Convenção sobre Imunidades Jurisdicionais do Estado e de Seus Bens*, a qual teve aberta para assinatura em Nova York em 2005.¹⁰⁸

O objetivo da referida convenção é o de estabelecer uma forma de se uniformizar o entendimento sobre a prerrogativa da imunidade de jurisdição na fase de conhecimento.¹⁰⁹

De acordo com o artigo 30 desta convenção, somente depois de trinta dias após ao trigésimo Estado realizar o depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que entrará em vigência para todos os Estados que dela participaram.¹¹⁰ Ocorre que não basta estar em vigor a convenção para que seja aplicada no Brasil, para que isso ocorra é necessário que se tenha a ratificação e com isso a internalização das normas dispostas na convenção.¹¹¹

A convenção não tratou de diferenciar os atos de império dos atos de gestão de forma expressa. De todo modo, deixa claro que foi adotada a teoria da imunidade relativa ao estabelecer algumas hipóteses em que a referida imunidade é afastada em razão do cometimento de um ato¹¹².

Desta forma, veio a convenção indicar as situações em que não se poderá alegar a imunidade de jurisdição perante o Estado receptor. Estão dispostas na parte III, dos artigos 10 ao 17, que tratam sobre transações mercantis, contratos de trabalho, lesões a pessoas e danos a bens, propriedade, posse e uso de bens,

¹⁰⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 497

¹⁰⁹ Convenção Das Nações Unidas Sobre As Imunidades Jurisdicionais Dos Estados E Dos Seus Bens. Disponível em <<http://dre.pt/pdf1s/2006/06/117A00/43444363.pdf>> Acesso em 10 de março de 2011.

¹¹⁰ Convenção Das Nações Unidas Sobre As Imunidades Jurisdicionais Dos Estados E Dos Seus Bens. Artigo 30 disponível em <<http://dre.pt/pdf1s/2006/06/117A00/43444363.pdf>> Acesso em 10 de março de 2011.

¹¹¹ SILVEIRA, Rubens Curado. *O direito dos empregados de missões diplomáticas e consulares no Brasil*. Revista Anamatra, Ano XIX, n.56, pp. 34-38, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://ww1.anamatra.org.br/sites/1200/1223/00000870.pdf>> acesso em 12 de março de 2011.

¹¹² Convenção Das Nações Unidas Sobre As Imunidades Jurisdicionais Dos Estados E Dos Seus Bens. Artigo 30 disponível em <<http://dre.pt/pdf1s/2006/06/117A00/43444363.pdf>> Acesso em 10 de março de 2011.

propriedade intelectual e industrial, participação societária, navios de propriedade de um Estado ou por ele explorado e convenção arbitral firmada pelo Estado.

Observar-se que a convenção trata, em sua maioria, de assuntos eminentemente privados ou comerciais que o ente estatal pode vir a realizar. Desta forma, não traz grandes novidades por serem estes atos diferenciados de maneira mais clara quando analisados se são atos de império ou gestão.¹¹³

O artigo 12 trouxe novidade ao admitir o afastamento da imunidade de jurisdição em ações indenizatórias, de caráter pecuniário, decorrentes de morte ou prejuízo à integridade física de uma pessoa ou danos a bens materiais. É o que dispõe:

Artigo 12.

Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo relacionado com uma indenização pecuniária, em caso de morte ou de ofensa à integridade física de uma pessoa, ou em caso de dano ou perda de bens materiais causados por um ato ou omissão alegadamente atribuído ao Estado, se esse ato ou omissão ocorreu, no todo ou em parte, no território desse outro Estado e se o autor do ato ou omissão se encontrava nesse território no momento da prática do ato ou omissão.

Logo, destaque-se que independentemente do ato ter sido comissivo ou omissivo e ainda, de ter produzido resultado total ou parcial no território do Estado acreditado, não é levado em consideração a natureza do ato. Por mais que o ato seja claramente de império, o Estado não poderá alegar a imunidade de jurisdição.¹¹⁴

Em relação à imunidade trabalhista, tratada anteriormente no trabalho, não há novidade na convenção e, em alguns aspectos, acaba por limitar o afastamento da imunidade. Visto que no ordenamento jurídico brasileiro, bem como

¹¹³ Convenção Das Nações Unidas Sobre As Imunidades Jurisdicionais Dos Estados E Dos Seus Bens disponível em <<http://dre.pt/pdf1s/2006/06/117A00/43444363.pdf>> Acesso em 10 de março de 2011.

¹¹⁴ SILVEIRA, Rubens Curado. *O direito dos empregados de missões diplomáticas e consulares no Brasil*. Revista Anamatra, Ano XIX, n.56, pp. 34-38, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://ww1.anamatra.org.br/sites/1200/1223/00000870.pdf>> acesso em 12 de março de 2011.

no entendimento internacional, certas questões já se encontram consolidadas. A exemplo da limitação, onde a imunidade não é afastada, se refere à contratação, renovação do contrato de trabalho ou reintegração de uma pessoa.¹¹⁵

Deve se atentar que a convenção ainda não se encontra em vigor no Brasil e nem sequer em âmbito mundial.¹¹⁶ O Brasil no entanto, nem assinou o referido documento, e o número mínimo de ratificações ainda não foi atingido conforme informação obtida no site das Organização das Nações Unidas.¹¹⁷ Não obstante a sua existência, cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal vem se tornando cada vez mais flexível em seus julgamentos quanto à questão da imunidade de jurisdição.

3.5. Casos práticos

Para efeito de exemplificação da responsabilidade civil no campo diplomático, merecem destaque a questão da compra e venda de veículos de propriedade das embaixadas por parte dos agentes diplomáticos; a questão envolvendo o não-pagamento de multas de trânsito; e, a questão relacionada às indenizações por danos decorrentes de acidentes, notadamente acidentes de trânsito.

Serão tratados adiante casos que ocorreram na comunidade internacional relativos à violação de imunidades, demonstrando como as autoridades reagiram perante tais fatos, tanto em relações aos julgados à época como em relação a medidas preventivas que se utilizaram estes Estados.

O primeiro dos casos típicos relacionados à controvérsia diz respeito à compra e venda de carros por parte das embaixadas, pois com a importação de carros para que as missões diplomáticas tenham total liberdade para atuar, estas já

¹¹⁵ SILVEIRA, Rubens Curado. *O direito dos empregados de missões diplomáticas e consulares no Brasil*. Revista Anamatra, Ano XIX, n.56, pp. 34-38, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://ww1.anamatra.org.br/sites/1200/1223/00000870.pdf>> acesso em 12 de março de 2011.

¹¹⁶ SILVEIRA, Rubens Curado. *O direito dos empregados de missões diplomáticas e consulares no Brasil*. Revista Anamatra, Ano XIX, n.56, pp. 34-38, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://ww1.anamatra.org.br/sites/1200/1223/00000870.pdf>> acesso em 12 de março de 2011.

¹¹⁷ http://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=III-13&chapter=3&lang=en

estão fazendo uso de uma de suas imunidades, nos termos do que preconiza o artigo 34 da Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas:

Artigo 34

O agente diplomático gozará de isenção de todos os impostos e taxas, pessoais ou reais, nacionais, regionais ou municipais, com as exceções seguintes:

- a) os impostos indiretos que estejam normalmente incluídos no preço das mercadorias ou dos serviços;*
- b) os impostos e taxas sobre bens imóveis privados, situados no território do Estado acreditado, a não ser que o agente diplomático os possua em nome do Estado acreditante e para os fins da Missão;*
- c) os direitos de sucessão percebidos pelo Estado acreditado salvo o disposto no parágrafo 4º do artigo 39;*
- d) os impostos e taxas sobre rendimentos privados que tenham a sua origem no Estado acreditado e os impostos sobre o capital, referente a investimentos em empresas comerciais no Estado acreditado;*
- e) os impostos e taxas cobrados por serviços específicos prestados;*
- f) os direitos de registro, de hipoteca, custas judiciais e imposto de selo relativos a bens imóveis, salvo o disposto no artigo 23.*

Temos então que os carros que são comprados pelos agentes diplomáticos (automóveis importados e/ou nacionais) têm a finalidade de servir à missão diplomática, não podendo o aludido agente fazer a comercialização deste automóvel antes do prazo estabelecido em lei. Porém, muitas embaixadas fazem a comercialização desses veículos antes da superação do prazo legal, fato que revela a existência de uma situação irregular; ou seja, a utilização das imunidades para o alcance de privilégios pessoais que não estão a beneficiar o Estado acreditante, mas sim o agente diplomático como pessoa privada.

O ato de vender um bem não é considerado um ato de império. É típico ato de gestão, na medida em que tal ato é de direito privado. Assim sendo, a finalidade que deveria ser alcançada quando se teve a compra do veículo, não foi utilizado pela embaixada da forma que deveria ter sido. Portanto, a imunidade, no caso de impostos, é, por diversas vezes, utilizada de má fé, caracterizando uma irregularidade que deve ser penalizada.

TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E DE IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS PARA INTEGRANTE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA. FRAUDE - AQUISIÇÃO POR TERCEIRO.

1. O art. 1º, IV, da Lei 8.402/92 repristinou isenção prevista nos arts. 2º, I, c e 3º, I, da Lei 8032/90, pela qual ficava dispensada de pagamento de imposto de importação e de imposto sobre produtos industrializados a importação feita por integrante de missão diplomática ou repartição consular.

2. No caso concreto, porém, a importação foi feita apenas usando o nome de integrante de missão diplomática, pois a fraude reconhecida na sentença e que deu base à apreensão e perda administrativa do bem, nos termos do art. 105 do DL 37/66, é visível e indubitosa.

3. Veículo comprado por terceiro, sem prova de que este tenha transmitido a propriedade para o integrante de missão diplomática que alegadamente o teria importado. Compra feita antes de o Apelante ser integrante da missão diplomática. Frete pago pelo terceiro por intermédio de seu filho. Veículo apreendido em poder do terceiro no mesmo local em que este reside. Inexistência de prova de que o representante diplomático tenha desembolsado qualquer valor de pagamento pelo veículo ou pelo frete de seu transporte para o Brasil, ainda que em reembolso ao terceiro, se este fosse um intermediário no negócio jurídico. Fraude evidente.

4. Apelação improvida (AC 4035/DF, Relatora Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, Oitava Turma do TRF1, Julgamento 25/11/2005, DJ 13/01/2006, p. 104).

O segundo ponto a ser discutido é a questão relacionada aos carros emplacados com identificação de carros de missões diplomáticas que não pagam as multas cometidas em razão do desrespeito às leis de trânsito brasileira. A Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) nº 286 estabelece que os veículos de diplomatas sejam cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) para que os órgãos de trânsito brasileiros (Departamento de Trânsito, por exemplo) possam autuar e encaminhar as multas para as embaixadas.

Antes desta resolução do CONTRAN, as infrações que eram cometidas eram enviadas para o Itamaraty, na qual ficava responsável pelo envio das multas às embaixadas responsáveis e pela cobrança das mesmas. Deve sempre estar atento que a missão diplomática está obrigada a se submeter às leis de trânsito locais. Não se pode alegar que as missões não se submetem às leis do Estado acreditado, por serem independentes para que possam atuar sem interferência deste.

No entanto, existem princípios que fazem com que não ocorra a banalização das leis do Estado acreditado, tendo em vista que exigem que os representantes do Estado acreditante respeitem ao direito do local em que está a missão.

Pois, quando decidiram acordar para que pudesse haver o envio de missões e também haver a cooperação entre os Estados, os mesmos estavam diante de normas consuetudinárias que são fontes importantes no direito internacional público, normas estas que são muito flexíveis por depender da relação que existe entre os Países que estão fazendo o acordo. Quanto mais amigáveis melhor a relação consuetudinária entre os Estados, pois existirá um maior respeito entre eles.¹¹⁸

É imprescindível ressaltar que as multas de trânsito não têm caráter de sanção ao veículo, mas de punição ao ato cometido pelo condutor do veículo. No caso das multas de trânsito, o proprietário do veículo não é por elas responsável se não estava na direção do automóvel quando do cometimento da infração. O artigo 257, §3º, do Código de Trânsito Brasileiro, é claro ao afirmar que *"ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo"*, sendo o proprietário (nos termos do §2º do mesmo artigo 257) responsável somente *"pela infração referente à prévia regularização e preenchimento das formalidades e condições exigidas para o trânsito do veículo na via terrestre, conservação e inalterabilidade de suas características, componentes, agregados, habilitação legal e compatível de seus condutores, quando esta for exigida, e outras disposições que deva observar"*. Caso o proprietário do automóvel receba notificação de multa por infração da qual não foi responsável terá 15 (quinze) dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentar (ou seja, para dizer quem é o responsável pela infração e, não o fazendo, é que será considerado responsável pela mesma.¹¹⁹

¹¹⁸ SICARI, Vincenzo Rocco. *O direito das relações diplomáticas* / Vincenzo Rocco Sicari; Leonardo Nemer caldeira Brant, coordenador da coleção – Belo Horizonte: Del Rey. 2007 p. 31-32

¹¹⁹ BRASIL, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. *Código de Trânsito Brasileiro*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm>. Acesso em 19 de agosto de 2010.

Pode o Estado acreditante nunca pagar as multas que lhe forem atribuídas. Mas, no Brasil se tem estabelecido que quando as multas não são pagas, não se pode fazer o licenciamento do veículo. Uma vez que sem o licenciamento, o bem encontra-se irregular, podendo ser retido ou apreendido, como meio de exigir maior prestação ao proprietário e condutor do veículo.

Sendo inviolável o meio de transporte da missão, entende-se que um carro oficial da missão diplomática, mesmo não estando com a documentação em dia (de acordo com as regras do país acreditado), não poderá deixar de circular, por ser considerado um bem inviolável, não podendo ser retido ou apreendido.

A norma que dispõe que os veículos de missões estrangeiras no Brasil sejam cadastrados para que possam ser autuados em caso de descumprimento de regras de trânsito brasileiras é de difícil aplicabilidade, já que os agentes diplomáticos estão amparados por imunidades que lhes dão liberdade para continuarem a descumprir as regras de trânsito locais.

Como terceiro exemplo, a questão que trata dos danos decorrentes de acidentes de trânsito causados por agentes diplomáticos. No caso de um acidente causado por um agente internacional que gere dano material a uma pessoa comum ou mesmo ao Estado, como esta pessoa poderá responsabilizar e ter seu dano reparado pelo agente diplomático? Temos na Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas em seu artigo 31:

1. O agente diplomático gozará da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará também da imunidade de jurisdição civil e administrativa, a não ser que se trate de:

a) uma ação real sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditante para os fins da Missão;

b) uma ação sucessória na qual o agente diplomático figure, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário;

c) uma ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.

2. O agente diplomático não é obrigado a prestar depoimento como testemunha.

3. O agente diplomático não está sujeito a nenhuma medida de execução, a não ser nos casos previstos nas alíneas a), b) e c) do parágrafo 1.º deste artigo e desde que a execução possa realizar-se sem afetar a inviolabilidade de sua pessoa ou residência.

4. A imunidade de jurisdição de um agente diplomático no Estado acreditado não o isenta da jurisdição do Estado acreditante.

Há uma dificuldade em responsabilizar o agente diplomático que causou dano a um civil ou ao ente Estatal, pois o representante do Estado acreditante está amparado pela imunidade de jurisdição civil, onde é estabelecido que não irá responder a processo no Estado acreditado. Mas, caso seja submetido ao processo de conhecimento e for condenado, não se submeterá à execução, não podendo ser executado no Estado acreditado, mas somente em seu Estado de origem.

Assim sendo, a responsabilização do agente diplomático é difícil de ser alcançada por completo, tendo em vista que dependendo do valor do dano causado pelo agente internacional fica muito caro para a parte prejudicada arcar com os gastos do processo contra o agente no seu Estado de origem, sendo, muitas vezes, o valor maior do que seria referente à indenização.

Porém, como já visto, há decisão do Supremo Tribunal Federal em que se tem a possibilidade de responsabilização de agentes internacionais. É caso da Ação Cível Originária n. 575-DF, onde um agente da embaixada da República de Camarões dirigia em alta velocidade e acabou por colidir com um poste de iluminação pública, o que levou ao governo do Distrito Federal ingressar com a referida ação, buscando a reparação do dano causado em razão do acidente.¹²⁰

EMENTA: IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. LITÍGIO ENTRE ESTADO ESTRANGEIRO E O DISTRITO FEDERAL. AÇÃO CIVIL DE REPARAÇÃO PATRIMONIAL (ACIDENTE QUE ENVOLVE VEÍCULO DIPLOMÁTICO). COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO

¹²⁰ STF. Ação Cível Originária n. 575-DF. Relator: Ministro Celso de Mello. Decisão de 01.08.2000. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ACO%24%2ESCLA%2E+E+575%2ENUME%2E%29&base=baseMonocraticas> acesso em 8 de março de 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (CF, ART. 102, I, "e"). EVOLUÇÃO DO TEMA NA DOCTRINA, NA LEGISLAÇÃO COMPARADA E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DA IMUNIDADE JURISDICIONAL ABSOLUTA À IMUNIDADE JURISDICIONAL MERAMENTE RELATIVA. PRECEDENTES DO STF (RTJ 133/159 e RTJ 161/643- 644). DESPACHO: O Distrito Federal promove a presente ação civil de reparação patrimonial contra a República dos Camarões, sob a alegação de que um membro integrante da Missão Diplomática desse Estado estrangeiro, "dirigindo veículo pertencente à Embaixada" (placas CD-602), teria ocasionado danos materiais ao patrimônio público local, eis que o automóvel conduzido pelo diplomata Jean-Blaise Konn, desenvolvendo velocidade excessiva (fls. 17), "chocou-se com um poste de iluminação pública", causando os prejuízos cujo valor se acha estimado na peça documental produzida a fls. 45. Cabe reconhecer, preliminarmente, que, tratando-se de litígio entre Estado estrangeiro e o Distrito Federal, assiste, ao Supremo Tribunal Federal, competência originária para processá-lo e julgá-lo, inocorrendo, a esse respeito, notadamente em face da existência de explícita previsão constitucional (CF, art. 102, I, "e"), qualquer divergência de índole doutrinária em torno do órgão investido de jurisdição, para, no plano interno, dirimir conflitos interestatais [...]. O novo quadro normativo que se delineou no plano do direito internacional, e também no âmbito do direito comparado, permitiu - ante a realidade do sistema de direito positivo dele emergente - que se construísse a teoria da imunidade jurisdicional relativa dos Estados soberanos, tendo-se presente, para esse específico efeito, a natureza do ato motivador da instauração da causa em juízo, de tal modo que deixa de prevalecer, ainda que excepcionalmente, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição, sempre que o Estado estrangeiro, atuando em matéria de ordem estritamente privada, intervier em domínio estranho àquele em que se praticam os atos *jure imperii*. Doutrina. Legislação comparada. Precedente do STF. A teoria da imunidade limitada ou restrita objetiva institucionalizar solução jurídica que concilie o postulado básico da imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro com a necessidade de fazer prevalecer, por decisão do Tribunal do foro, o legítimo direito do particular ao ressarcimento dos prejuízos que venha a sofrer em decorrência de comportamento imputável a agentes diplomáticos, que, agindo ilicitamente, tenham atuado *more privatorum* em nome do País que representam perante o Estado acreditado (o Brasil, no caso). Não se revela viável impor aos súditos brasileiros, ou a pessoas com domicílio no território nacional, o ônus de litigarem, em torno de questões meramente laborais, mercantis, empresariais ou civis, perante tribunais alienígenas, desde que o fato gerador da controvérsia judicial - necessariamente estranho ao específico domínio dos *acta jure imperii* - tenha decorrido da estrita atuação *more privatorum* do Estado estrangeiro[...]. Antes de ordenar a citação, no entanto - e atento às implicações que desse ato podem resultar, em face do que dispõem os Artigos 22 e 30 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas [...] -, determino que se transmita o inteiro teor do presente despacho ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que Sua Excelência inste a República dos Camarões a pronunciar-se, por intermédio de sua Missão Diplomática, sobre a sua eventual submissão à jurisdição do

*Poder Judiciário brasileiro. Com a resposta a ser encaminhada a esta Corte, pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, apreciarei, então, a questão jurídica pertinente ao tema da imunidade de jurisdição [...].*¹²¹

Deste modo, observa-se que a decisão contrariou o que prevê a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Trata-se de imunidade jurisdição em matéria cível, não estando dentro das causas de exclusão previstas no artigo 31 da CVRD.

Há outro caso que ocorreu no Brasil, decorrente de acidente de trânsito, causado por um agente consular onde se busca a reparação material dos danos ocorridos. Julgado no STF contra Consulado – Geral da Polônia:

IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, POR ACIDENTE DE TRÂNSITO, MOVIDA CONTRA O CONSULADO-GERAL DA POLONIA E O CONSUL DA POLONIA. SENTENÇA QUE DEU PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, RECONHECENDO A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO CONSULADO, MAS DIRIGIDO, NA OCASIAO DO ACIDENTE, PELO CONSUL. APLICAÇÃO AO CASO DA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES CONSULARES, DE 1963 (ART. 43, PARAGRAFO 2., LETRA OBO) E NÃO DA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES DIPLOMATICAS, DE 1961. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO, QUE É DE ACOLHER-SE, EM RELAÇÃO A REPUBLICA POPULAR DA POLONIA, DE QUE O CONSULADO-GERAL É UMA REPARTIÇÃO. NO QUE RESPEITA AO CONSUL, MESMO ADMITINDO QUE O VEÍCULO AUTOMOTOR, ENVOLVIDO NO ACIDENTE DE TRÂNSITO, PERTENÇA AO CONSULADO-GERAL DA POLONIA, CERTO ERA O CONDUTOR DO AUTOMOVEL E NÃO GOZA, NO CASO, DE IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO (CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES CONSULARES DE 1963, ART. 43, PARAGRAFO 2., LETRA OBO), PODENDO, EM CONSEQUENCIA, A AÇÃO MOVIDA, TAMBÉM, CONTRA ELE, PROSSEGUIR, PARA FINAL APURAÇÃO DE SUA RESPONSABILIDADE, OU NÃO, NO ACIDENTE, COM AS CONSEQUENCIAS DE DIREITO. PROVIMENTO, EM PARTE, A APELAÇÃO DOS AUTORES, PARA DETERMINAR PROSSIGA A AÇÃO CONTRA O CONSUL, MANTIDA A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, RELATIVAMENTE A REPUBLICA POPULAR DA POLONIA (CONSULADO-GERAL DA POLONIA EM CURITIBA) - ACi 9701, Relator(a): Min. NÉRI DA

¹²¹ STF. Ação Cível Originaria n. 575-DF. Relator: Ministro Celso de Mello. Decisão de 01.08.2000. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ACO%24%2ESCLA%2E+E+575%2ENUME%2E%29&base=baseMonocraticas> acesso em 8 de março de 2011.

SILVEIRA, TRIBUNAL PLENO, julgado em 22/10/1987, DJ 04-12-1987 PP-27639 EMENT VOL-01485-01 PP-00018.

No caso acima demonstrado, fica clara a existência de uma diferenciação quanto ao tratamento dado aos agentes diplomáticos e aos consulares. Diferente do outro caso, referente ao agente diplomático que o STF por meio do Ministro Celso de Mello relativizou a questão da imunidade de jurisdição, neste a convenção que trata sobre as imunidades relativas aos agentes, acaba por não abarcar a imunidade de jurisdição quando o agente não está agindo como se Estado fosse.

CONCLUSÃO

O instituto da imunidade de jurisdição não pode ser aplicado de forma a beneficiar indistintamente a figura do agente, seja ele diplomático ou consular. Mas sim, deve buscar proteger os atos que são inerentes à atividade do Estado.

As imunidades de forma geral foram concedidas em razão da soberania estatal, por existir a igualdade entre os Estados e com base na reciprocidade, elas poderiam ser aplicadas.

A teoria que primeiro fundamentou a questão das imunidades foi a da extraterritorialidade, baseada no princípio do direito internacional do *par in parem non habet iudicium*. Significa dizer que quando o agente está em missão pelo seu Estado, não estaria exposto à jurisdição estrangeira. Ocorre que tal teoria não é mais utilizada pelo ordenamento internacional.

Atualmente, a teoria adotada é a que a imunidade decorre da função que o agente exerce. Sendo assim, quando estiver o agente praticando atos em razão de sua função de representante estatal, poderá ele se valer das imunidades, isto para que não haja interferências externas, atuando de forma independente, como se Estado fosse.

A busca pela responsabilização dos atos praticados de forma a causar prejuízos tanto para o Estado como para terceiros teve início no Brasil no ano de 1989, quando do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Apelação Cível n. 9.696-3/SP. Neste julgamento houve a relativização da imunidade de jurisdição quanto à matéria trabalhista, que antes era considerada absoluta, impossibilitando assim, reclamações em desfavor de missões internacionais no Estado brasileiro.

Desde então, o STF vem buscando em suas análises ampliar a relativização referente à imunidade de jurisdição, visto que o primeiro passo para que se possa diminuir o número de abuso das imunidades é permitindo que o Poder Judiciário possa conhecer e julgar os casos.

O que vem ocorrendo é uma análise mais específica em relação aos atos praticados pelos agentes internacionais, onde se busca especificar a natureza do ato em si, sendo ele um ato de gestão ou um ato de império. Com esta análise sobre os atos, pode o Poder Judiciário reconhecer ou não a imunidade de jurisdição, pois a referida imunidade veio para garantir que os atos essencialmente estatais fossem realizados com a maior independência possível, logo estes não se submeteriam a jurisdição local.

No âmbito internacional isto já vem ocorrendo desde os anos 70 e atualmente existe a Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos seus bens que busca regulamentar a matéria, apesar de ainda não se encontrar em vigor. Por um lado, esta convenção traz inovações e, por outro, é um retrocesso em matérias que já se encontram pacificadas no ordenamento brasileiro.

Entretanto, nada impede que o Brasil, mesmo não assinando e ratificando esta convenção, possa o Poder Judiciário utilizá-la de forma costumeira quanto às questões que trazem inovações, fazendo assim com que possamos ter um entendimento menos restritivo acerca da relativização da imunidade de jurisdição.

Concluindo, os atos que forem cometidos de forma a desrespeitar os limites relativos às imunidades poderão ser analisados e julgados pelo Poder Judiciário brasileiro, tornando, deste modo, possível a responsabilização dos agentes diplomáticos e consulares.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando, 1888-1962, *Manual de direito internacional público* / G. E. D Nascimento e Silva, Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella – 17 ed.- São Paulo: Saraiva, 2009.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do, *Introdução ao direito internacional público* / Alberto do Amaral Júnior – São Paulo: Atlas, 2008.

ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim. *A Imunidade de Jurisdição Trabalhista e o Artigo 114 da Constituição*. In: MENEZES, Wagner (org.). *O Direito Internacional e o Direito Brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 2004.

BRASIL, Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967. *Convenção de Viena Sobre Relações Consulares*. Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/multiconsul.htm>>. Acesso em 05 de março de 2010.

_____. Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. *Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas*. Brasília, 1965. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_multidiplo.htm>. Acesso em 02 de março de 2010.

_____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. *Código de Trânsito Brasileiro*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm>. Acesso em 19 de agosto de 2010.

_____. Supremo Tribunal Federal. Disponível em < www.stf.jus.br >.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Disponível em < www.stj.jus.br >.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em < www.tst.jus.br >.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Trad. Maria Manuela Farrajota e outros. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1997.

CIAVARELI, Miguel Angelo Nogueira dos Santos. *Imunidade jurídica: penais , processuais, diplomáticas, parlamentares*. – São Paulo: Editora Juarez de Oliveira. 2003.

CICCO FILHO, Alceu Jose. *Relevância da imunidade diplomática*. Rev. Jur., Brasília, v. 8, n. 79, p.62-72, jun./jul., 2006.

Convenção Das Nações Unidas Sobre As Imunidades Jurisdicionais Dos Estados E Dos Seus Bens. Disponível em <<http://dre.pt/pdf1s/2006/06/117A00/43444363.pdf>> Acesso em 10 de março de 2011.

CRUZ, Flávia Machado. *Direito internacional público – Niterói, RJ: Impetus, 2010*

FRANCO FILHO, Georzenor de Sousa. *Imunidade de jurisdição trabalhista dos entes de direito internacional público*. São Paulo: LTr, 1986.

GARCIA, Márcio e Antenor Pereira Madruga Filho (coordenadores). *A imunidade de jurisdição e o Judiciário brasileiro*. Brasília: CEDI, 2002.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Imunidade Diplomática: instrumento de política externa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003

MATTOS, Adhebal Meira. *Direito Internacional Público*. 2ª Ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro, São Paulo: Renovar, 2002.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010..

PELLET, Alain; Patrick Daillier e Nguyen Quoc Dinh. *Direito Internacional Público*. Tradução: Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003,

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público : curso elementar*. São Paulo: Saraiva 1991

_____. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 11ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

SICARI, Vincenzo Rocco. Coordenador: Leonardo Nemer Caldeira Brant. *O Direito das Relações Diplomáticas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SOARES, Albino de Azevedo. *Lições de Direito Internacional Público*. 4 ed. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1988,

SOARES, Guido Fernando Silva, *Orgãos dos Estados nas Relações Internacionais: Formas da diplomacia e as imunidades 1 ed.- Rio de Janeiro: Forense, 2001.*

_____. *Imunidade de jurisdição: evolução e tendências*. In: Imunidade soberana: o Estado estrangeiro diante do juiz nacional. Brasília: CFJ, volume 19, 2001.

VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Público*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ANEXO I – Convenção Das Nações Unidas Sobre As Imunidades Jurisdicionais Dos Estados E Dos Seus Bens

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS IMUNIDADES JURISDICIONAIS DOS ESTADOS E DOS SEUS BENS

Os Estados Partes na presente Convenção:

Considerando que as imunidades jurisdicionais dos Estados e dos seus bens são geralmente aceites como um princípio de direito internacional consuetudinário;

Tendo em conta os princípios de direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas;

Convictos que uma convenção internacional sobre as imunidades jurisdicionais dos Estados e dos seus bens reforçará o princípio do Estado de direito e a segurança jurídica, especialmente nas relações dos Estados com as pessoas singulares ou colectivas, e contribuirá para a codificação e desenvolvimento do direito internacional e para a harmonização da prática nesta área;

Tomando em consideração os desenvolvimentos na prática dos Estados relativamente às imunidades jurisdicionais dos Estados e dos seus bens;

Afirmando que os princípios de direito internacional consuetudinário continuam a reger as matérias não reguladas pelas disposições da presente Convenção;

acordam no seguinte:

PARTE I

Introdução

Artigo 1.º

Âmbito da presente Convenção

A presente Convenção aplica-se às imunidades jurisdicionais de um Estado e dos seus bens perante os tribunais de um outro Estado.

Artigo 2.º

Definições

1 — Para os efeitos da presente Convenção:

- a) «Tribunal» designa qualquer órgão de um Estado, seja qual for a sua denominação, autorizado a exercer funções jurisdicionais;
- b) «Estado» designa:
 - i) O Estado e os seus vários órgãos governamentais;
 - ii) As unidades constitutivas de um Estado federal ou subdivisões políticas do Estado autorizadas a praticar actos no exercício da sua autoridade soberana e que exercem essas funções;
 - iii) Serviços, organismos públicos ou outras entidades, na medida em que tenham competência para e pratiquem efectivamente actos no exercício da autoridade soberana do Estado;
 - iv) Representantes do Estado no exercício dessas funções;
- c) «Transacção comercial» designa:
 - i) Qualquer contrato ou transacção comercial para a venda de bens ou prestação de serviços;
 - ii) Qualquer contrato de empréstimo ou outra transacção de natureza financeira,

incluindo qualquer garantia obrigacional e obrigação de indemnização relativamente aos mesmos;

- iii) Qualquer outro contrato ou transacção de natureza comercial, industrial ou profissional, excluindo contratos de trabalho.

2 — Para determinar se um contrato ou transacção constituem uma «transacção comercial», ao abrigo do n.º 1 da alínea c), deve ter-se em conta, em primeiro lugar, a natureza do contrato ou transacção, devendo o seu objectivo ser também tido em conta se as partes assim o convencionarem no contrato ou transacção, ou se, na prática do Estado do foro, esse objectivo for pertinente para determinar a natureza não comercial do contrato ou transacção.

3 — As disposições dos n.ºs 1 e 2 relativamente às definições para os efeitos da presente Convenção não afectam o emprego desses termos nem o significado que lhes possa ser atribuído noutros instrumentos internacionais ou no direito interno de qualquer Estado.

Artigo 3.º

Privilégios e imunidades não afectados pela presente Convenção

1 — A presente Convenção não afecta os privilégios e imunidades de que goza um Estado, ao abrigo do direito internacional, relativamente ao exercício das funções:

- a) Das suas missões diplomáticas, postos consulares, missões especiais, missões junto de organizações internacionais ou delegações junto de órgãos de organizações internacionais ou de conferências internacionais; e
- b) Das pessoas relacionadas com as mesmas.

2 — A presente Convenção não afecta os privilégios e imunidades concedidos *ratione personae*, ao abrigo do direito internacional, aos chefes de Estado.

3 — A presente Convenção não afecta as imunidades de que goza um Estado, ao abrigo do direito internacional, relativamente a aeronaves ou objectos espaciais de que é proprietário ou que explora.

Artigo 4.º

Não retroactividade da presente Convenção

Sem prejuízo da aplicação de quaisquer normas previstas na presente Convenção às quais as imunidades jurisdicionais dos Estados e dos seus bens estão sujeitos ao abrigo do direito internacional, independentemente do previsto na presente Convenção, as suas disposições não se aplicarão a qualquer questão de imunidades jurisdicionais dos Estados ou dos seus bens suscitadas num processo judicial instaurado contra um Estado junto de um tribunal de outro Estado antes da entrada em vigor da presente Convenção entre os Estados em questão.

PARTE II

Princípios gerais

Artigo 5.º

Imunidade dos Estados

Sob reserva das disposições da presente Convenção, um Estado goza, em relação a si próprio e aos seus bens, de imunidade de jurisdição junto dos tribunais de um outro Estado.

Artigo 6.º

Modalidades para garantir a imunidade dos Estados

1 — Um Estado garante a imunidade dos Estados prevista no artigo 5.º abstando-se de exercer a sua jurisdição num processo judicial instaurado nos seus tribunais contra outro Estado e, para esse fim, assegurará que os seus tribunais determinem oficiosamente que a imunidade desse outro Estado prevista no artigo 5.º seja respeitada.

2 — Um processo judicial instaurado num tribunal de um Estado será considerado como tendo sido instaurado contra um outro Estado se esse outro Estado:

- a) For citado como parte nesse processo judicial; ou
- b) Não for citado como parte no processo judicial mas o processo visa, com efeito, afectar os bens, direitos, interesses ou actividades desse outro Estado.

Artigo 7.º

Consentimento expreso para o exercício da jurisdição

1 — Um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num processo judicial num tribunal de outro Estado, relativamente a uma questão ou lide, se tiver consentido expressamente no exercício da jurisdição por esse tribunal em relação a essa mesma questão ou lide:

- a) Por acordo internacional;
- b) Por contrato escrito; ou
- c) Por declaração perante o tribunal ou comunicação escrita num determinado processo judicial.

2 — A aceitação por parte de um Estado no que diz respeito à aplicação da lei de um outro Estado não será interpretado como consentimento para o exercício da jurisdição pelos tribunais desse outro Estado.

Artigo 8.º

Efeito da participação num processo em tribunal

1 — Um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num processo num tribunal de outro Estado se:

- a) Foi o próprio Estado a instaurar o dito processo; ou
- b) Interveio no processo ou fez alguma diligência em relação ao mérito da causa. Todavia, se o Estado demonstrar ao tribunal que não poderia ter tomado conhecimento dos factos sobre os quais um pedido de imunidade se poderia fundamentar, senão após ter feito tal diligência, pode invocar a imunidade com base nesses factos desde que o faça com a maior brevidade possível.

2 — Não se considera que um Estado tenha consentido no exercício da jurisdição de um tribunal de um outro Estado se intervier num processo judicial ou tomar quaisquer outras medidas com o único objectivo de:

- a) Invocar a imunidade; ou
- b) Fazer valer um direito relativo a um bem em causa no processo.

3 — A comparência de um representante de um Estado num tribunal de outro Estado como testemunha

não será interpretado como consentimento para o exercício da jurisdição pelo tribunal.

4 — A não comparência de um Estado num processo num tribunal de outro Estado não será interpretada como consentimento para o exercício da jurisdição pelo tribunal.

Artigo 9.º

Pedidos reconventionais

1 — Um Estado que instaure um processo num tribunal de outro Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição perante o mesmo tribunal relativamente a qualquer pedido reconvenicional resultante da mesma relação jurídica ou dos mesmos factos do pedido principal.

2 — Um Estado que intervier para apresentar um pedido num processo num tribunal de outro Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição perante o mesmo tribunal relativamente a qualquer pedido reconvenicional resultante da mesma relação jurídica ou dos mesmos factos do pedido apresentado pelo Estado.

3 — Um Estado que apresentar um pedido reconvenicional num processo intentado contra si num tribunal de outro Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição no dito tribunal relativamente ao pedido principal.

PARTE III

Processos judiciais nos quais os Estados não podem invocar imunidade

Artigo 10.º

Transacções comerciais

1 — Se um Estado realizar uma transacção comercial com uma pessoa singular ou colectiva estrangeira e, em resultado das regras aplicáveis de direito internacional privado, as divergências relativas a essa transacção comercial forem submetidas à jurisdição de um tribunal de outro Estado, o Estado não pode invocar imunidade de jurisdição num processo judicial relativo à mesma transacção comercial.

2 — O n.º 1 não se aplica:

- a) No caso de uma transacção comercial entre Estados; ou
- b) Se as partes na transacção comercial tiverem acordado expressamente em sentido diverso.

3 — Quando uma empresa pública ou outra entidade criada por um Estado com personalidade jurídica autónoma e tiver a capacidade de:

- a) Demandar ou ser demandado em juízo; e
- b) Adquirir, ser proprietária, possuir ou dispor de bens, incluindo os bens que esse Estado a autorizou a explorar ou a gerir;

for parte num processo judicial relacionado com uma transacção comercial em que essa empresa ou entidade participou, a imunidade de jurisdição de que goza o Estado em questão não será afectada.

Artigo 11.º

Contratos de trabalho

1 — Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado não pode invocar a imunidade de

jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo judicial que diga respeito a um contrato de trabalho entre o Estado e uma pessoa singular para um trabalho realizado ou que se deveria realizar, no todo ou em parte, no território desse outro Estado.

2 — O n.º 1 não se aplica se:

- a) O trabalhador foi contratado para desempenhar funções específicas que decorrem do exercício de poderes públicos;
- b) O trabalhador for:
 - i) Um agente diplomático, tal como definido na Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961;
 - ii) Um funcionário consular, tal como definido na Convenção de Viena sobre as Relações Consulares de 1963;
 - iii) Um membro do pessoal diplomático das missões permanentes junto de organizações internacionais, de missões especiais, ou se for contratado para representar um Estado numa conferência internacional; ou
 - iv) Uma qualquer outra pessoa que goze de imunidade diplomática;
- c) O processo judicial se referir à contratação, renovação do contrato ou reintegração do trabalhador;
- d) O processo judicial se referir à cessação unilateral do contrato ou ao despedimento do trabalhador e, se assim for determinado pelo chefe de Estado, chefe de governo ou ministro dos negócios estrangeiros do Estado empregador, esse processo puser em causa os interesses de segurança desse Estado;
- e) O trabalhador for nacional do Estado empregador no momento da instauração do processo judicial, salvo se a pessoa em causa tiver residência permanente no Estado do foro; ou
- f) O Estado empregador e o trabalhador acordaram diversamente por escrito, sob reserva de considerações de ordem pública conferindo aos tribunais do Estado do foro jurisdição exclusiva em função do objecto do processo.

Artigo 12.º

Danos causados a pessoas e bens

Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo relacionado com uma indemnização pecuniária, em caso de morte ou de ofensa à integridade física de uma pessoa, ou em caso de dano ou perda de bens materiais causados por um acto ou omissão alegadamente atribuído ao Estado, se esse acto ou omissão ocorreu, no todo ou em parte, no território desse outro Estado e se o autor do acto ou omissão se encontrava nesse território no momento da prática do acto ou omissão.

Artigo 13.º

Propriedade, posse e utilização de bens

Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente

para julgar o caso num processo judicial para a determinação de:

- a) Quaisquer direitos do Estado sobre um bem imóvel, a sua posse ou utilização, ou qualquer obrigação do Estado resultante dos seus direitos, posse ou utilização desse bem imóvel situado no Estado do foro;
- b) Quaisquer direitos do Estado sobre bens móveis ou imóveis em virtude de uma herança, doação ou *bona vacantia*; ou
- c) Quaisquer direitos do Estado na administração de bens, tais como uma propriedade fideicomissária, o património resultante de uma falência ou os bens de uma sociedade em caso de dissolução.

Artigo 14.º

Propriedade intelectual e industrial

Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo judicial relacionado com:

- a) A determinação de qualquer direito do Estado numa patente, modelo ou *design* industrial, nome comercial ou firma, marca registada, direitos de autor ou qualquer outra forma de propriedade intelectual ou industrial que beneficie de alguma protecção jurídica, ainda que provisória, no Estado do foro; ou
- b) Uma alegada violação pelo Estado, no território do Estado do foro, de um direito do tipo do previsto na alínea a) pertencente a um terceiro e que se encontra protegido no Estado do foro.

Artigo 15.º

Participação em sociedades ou outras pessoas colectivas

1 — Um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso, num processo judicial relacionado com a sua participação numa sociedade ou outra pessoa colectiva, dotada ou não de personalidade jurídica, quando o processo diga respeito às relações entre o Estado e a sociedade ou outra pessoa colectiva, quando estas:

- a) Incluam outros participantes que não Estados ou organizações internacionais; e
- b) Estejam registadas ou tenham sido constituídas ao abrigo da lei do Estado do foro ou tenham a sua sede ou actividade principal nesse Estado.

2 — Um Estado pode, todavia, invocar a imunidade de jurisdição num processo deste tipo se os Estados interessados assim o tiverem acordado ou se as partes no diferendo assim o convieram por escrito ou, ainda, se o instrumento que criou ou rege a sociedade ou outra pessoa colectiva em questão contiver disposições para esse efeito.

Artigo 16.º

Navios de que um Estado é proprietário ou explora

1 — Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado que é proprietário ou explora um navio não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar

o caso num processo judicial relacionado com a exploração desse navio se, no momento do facto que deu lugar à acção, o navio estava a ser utilizado para outra finalidade que não a de serviço público sem fins comerciais.

2 — O n.º 1 não se aplica a navios de guerra nem a unidades auxiliares da marinha de guerra, nem a outros vasos de que um Estado seja proprietário ou explora e que são, em dado momento, utilizados exclusivamente para serviços públicos sem fins comerciais.

3 — Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo judicial relacionado com o transporte de carga a bordo de um navio de que esse Estado é proprietário ou explora se, no momento do facto que deu lugar à acção, o navio estava a ser utilizado para outra finalidade que não a de serviço público sem fins comerciais.

4 — O n.º 3 não se aplica a qualquer carga transportada a bordo dos navios a que se refere o n.º 2 nem a qualquer carga de que um Estado é proprietário e que é utilizada ou destinada a ser utilizada exclusivamente com a finalidade de serviço público sem fins comerciais.

5 — Os Estados podem invocar todos os meios de defesa, prescrição e limitação de responsabilidade disponíveis para os navios privados e suas cargas e respectivos proprietários.

6 — Se, num processo judicial, surgir uma questão relacionada com a natureza pública e não comercial de um navio de que um Estado é proprietário ou explora ou da carga de que um Estado é proprietário, um certificado assinado por um representante diplomático ou por outra autoridade competente desse Estado, notificando o tribunal, fará prova da natureza do navio ou da carga.

Artigo 17.º

Efeito de um acordo de arbitragem

Se um Estado concluir por escrito um acordo com uma pessoa singular ou colectiva estrangeira para submeter a arbitragem as divergências relativas a uma transacção comercial, esse Estado não pode invocar, salvo previsão em contrário no acordo de arbitragem, a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo judicial relativo:

- a) À validade, interpretação ou aplicação do acordo de arbitragem;
- b) Ao processo de arbitragem; ou
- c) À confirmação ou rejeição da decisão arbitral.

PARTE IV

Imunidade dos Estados relativamente a medidas cautelares e de execução relacionadas com processos judiciais.

Artigo 18.º

Imunidade dos Estados relativamente a medidas cautelares anteriores ao julgamento

Não poderão ser tomadas, em conexão com um processo judicial num tribunal de outro Estado, quaisquer medidas cautelares prévias ao julgamento contra os bens

de um Estado, tais como o arrolamento ou arresto, salvo se e na medida em que:

- a) O Estado consentiu expressamente na aplicação de tais medidas:
 - i) Por acordo internacional;
 - ii) Por acordo de arbitragem ou por contrato escrito; ou
 - iii) Por declaração num tribunal ou por comunicação escrita após o litígio entre as partes ter surgido; ou
- b) O Estado reservou ou afectou bens para satisfação do pedido que constitui o objecto desse processo.

Artigo 19.º

Imunidade dos Estados relativamente a medidas de execução posteriores ao julgamento

Não poderão ser tomadas, em conexão com um processo judicial num tribunal de outro Estado, quaisquer medidas de execução posteriores ao julgamento contra os bens de um Estado, tais como o arrolamento, arresto ou penhora, salvo se e na medida em que:

- a) O Estado consentiu expressamente na aplicação de tais medidas:
 - i) Por acordo internacional;
 - ii) Por acordo de arbitragem ou por contrato escrito; ou
 - iii) Por declaração num tribunal ou por comunicação escrita após o litígio entre as partes ter surgido; ou
- b) O Estado reservou ou afectou bens para satisfação do pedido que constitui o objecto desse processo; ou
- c) For demonstrado que os bens são especificamente utilizados ou destinados a ser utilizados pelo Estado com outra finalidade que não a do serviço público sem fins comerciais e estão situados no território do Estado do foro, com a condição de que as medidas de execução posteriores ao julgamento sejam tomadas apenas contra os bens relacionados com a entidade contra a qual o processo judicial foi instaurado.

Artigo 20.º

Efeito do consentimento para o exercício da jurisdição sobre a adopção de medidas cautelares e de execução

Nos casos em que o consentimento para a adopção de medidas cautelares e de execução seja necessário em virtude dos artigos 18.º e 19.º, o consentimento para o exercício da jurisdição ao abrigo do artigo 7.º não implica que haja consentimento para a adopção de medidas cautelares e de execução.

Artigo 21.º

Categorias específicas de bens

1 — As seguintes categorias de bens do Estado, nomeadamente, não são consideradas como bens especificamente utilizados ou destinados a ser utilizados pelo Estado com outra finalidade que não a de serviço público sem fins comerciais ao abrigo da alínea c) do artigo 19.º:

- a) Os bens, incluindo qualquer conta bancária, utilizados ou destinados a ser utilizados no exer-

cício das funções da missão diplomática do Estado ou dos seus postos consulares, missões especiais, missões junto de organizações internacionais, ou delegações junto de órgãos de organizações internacionais ou de conferências internacionais;

- b) Os bens de natureza militar ou utilizados ou destinados a serem utilizados no exercício de funções militares;
- c) Os bens do banco central ou de outra autoridade monetária do Estado;
- d) Os bens que fazem parte do património cultural do Estado ou dos seus arquivos e que não estão à venda ou que não são destinados a serem vendidos;
- e) Os bens que fazem parte de uma exposição de objectos de interesse científico, cultural ou histórico e que não estão à venda ou que não são destinados a serem vendidos.

2 — O n.º 1 aplica-se sem prejuízo do disposto nos artigos 18.º e nas alíneas a) e b) do artigo 19.º

PARTE V

Disposições diversas

Artigo 22.º

Citação ou notificação dos actos introdutórios da instância

1 — A citação ou notificação da instauração de um processo contra um Estado deverá ser efectuada:

- a) Em conformidade com qualquer convenção internacional aplicável que seja vinculativa para o Estado do foro e para o Estado em questão; ou
- b) Em conformidade com qualquer acordo especial em matéria de citação ou notificação entre o autor da acção e o Estado em questão se o direito do Estado do foro não o impedir; ou
- c) Na ausência de convenção ou acordo especial:
 - i) Por comunicação por via diplomática ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado em questão; ou
 - ii) Por qualquer outro meio aceite pelo Estado em questão, se a lei do Estado do foro não o impedir.

2 — No caso da subalínea i) da alínea c) do n.º 1, considera-se que a citação ou notificação foi efectuada no momento da recepção dos documentos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3 — Estes documentos serão acompanhados, caso necessário, de uma tradução para a língua oficial, ou para uma das línguas oficiais, do Estado em questão.

4 — Qualquer Estado que compareça perante um tribunal numa questão de mérito num processo judicial instaurado contra si não poderá doravante alegar que a citação ou notificação não obedeceram ao disposto nos n.ºs 1 e 3.

Artigo 23.º

Julgamento à revelia

1 — Um julgamento à revelia não poderá ser realizado contra um Estado salvo se o tribunal se tiver assegurado de que:

- a) Os requisitos previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 22.º foram observados;

- b) Decorreu um período de pelo menos quatro meses a partir da data em que a citação ou notificação que deram início ao processo foram entregues ou consideradas como tendo sido entregues em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º; e

- c) A presente Convenção não o impeça de exercer a sua jurisdição.

2 — Uma cópia da sentença relativa a qualquer julgamento à revelia contra um Estado, acompanhada caso necessário de uma tradução na língua oficial ou numa das línguas oficiais do Estado em questão, deverá ser comunicada ao mesmo através de um dos meios previstos no n.º 1 do artigo 22.º e em conformidade com as disposições do mesmo número.

3 — O prazo para recorrer de um julgamento à revelia não será inferior a quatro meses e terá início a partir da data em que a cópia da sentença é recebida, ou considerada como tendo sido recebida, pelo Estado em questão.

Artigo 24.º

Privilégios e imunidades durante um processo em tribunal

1 — Qualquer incumprimento ou recusa de cumprimento por parte de um Estado de uma decisão de um tribunal de um outro Estado intimando-o a praticar ou a abster-se de praticar um determinado acto, a produzir qualquer documento ou fornecer qualquer outra informação para os efeitos de um processo não terá quaisquer consequências para além das que possam resultar dessa mesma conduta em relação ao mérito da causa. Em particular, nenhuma multa ou sanção será aplicada a esse Estado em resultado do incumprimento ou de recusa do cumprimento.

2 — Um Estado não será obrigado a prestar qualquer caução ou depósito, seja qual for a sua denominação, para garantir o pagamento de custas judiciais ou outras despesas em qualquer processo em que seja réu perante um tribunal de outro Estado.

PARTE VI

Disposições finais

Artigo 25.º

Anexo

O anexo à presente Convenção faz parte integral da mesma.

Artigo 26.º

Outros acordos internacionais

Nada na presente Convenção afectará os direitos e as obrigações dos Estados Partes que decorram de acordos internacionais que tratem de matérias constantes da presente Convenção e que se apliquem nas relações entre as partes.

Artigo 27.º

Resolução de diferendos

1 — Os Estados Partes deverão tentar solucionar os diferendos relativos à interpretação ou aplicação da presente Convenção através da negociação.

2 — Qualquer diferendo entre dois ou mais Estados Partes relativo à interpretação ou aplicação da presente

Convenção que não for resolvido através da negociação num prazo de seis meses deverá, a pedido de qualquer desses Estados Partes, ser submetido a arbitragem. No caso de, seis meses após a data do pedido de arbitragem, os mesmos Estados Partes não tiverem chegado a um acordo sobre a organização da arbitragem, qualquer desses Estados Partes poderá levar o diferendo ao Tribunal Internacional de Justiça através de um pedido feito em conformidade com o Estatuto do Tribunal.

3 — Cada Estado Parte poderá, no momento da assinatura, ratificação, aceitação ou aprovação, ou adesão à presente Convenção, declarar que não se considera vinculado pelo n.º 2 do presente artigo. Os outros Estados Partes não ficarão vinculados pelo n.º 2 do presente artigo relativamente a qualquer Estado Parte que tenha feito tal declaração.

4 — Qualquer Estado Parte que tenha feito uma declaração em conformidade com o n.º 3 do presente artigo poderá, em qualquer momento, retirar essa declaração por notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 28.º

Assinatura

A presente Convenção está aberta à assinatura por todos os Estados até 17 de Janeiro de 2007 na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Artigo 29.º

Ratificação, aceitação, aprovação ou adesão

1 — A presente Convenção está sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação.

2 — A presente Convenção está aberta à adesão de qualquer Estado.

3 — Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

1 — A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia seguinte à data do depósito do 30.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.

2 — Para cada Estado que ratifique, aceite, aprove ou adira à presente Convenção após o depósito do 30.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a Convenção entrará em vigor no 30.º dia seguinte ao depósito por esse Estado do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 31.º

Denúncia

1 — Qualquer Estado Parte poderá denunciar a presente Convenção através de uma notificação escrita ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

2 — A denúncia produzirá os seus efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. A presente Convenção continuará, todavia, a aplicar-se a qualquer questão de imunidades jurisdicionais dos Estados ou dos seus bens, suscitada num processo instaurado contra um Estado num tribunal de outro Estado antes da data em que

a denúncia produz os seus efeitos para qualquer dos Estados em questão.

3 — A denúncia não prejudica o dever de qualquer Estado Parte de cumprir qualquer obrigação prevista na presente Convenção à qual estaria sujeito ao abrigo do direito internacional independentemente da presente Convenção.

Artigo 32.º

Depositário e notificações

1 — O Secretário-Geral das Nações Unidas é designado depositário da presente Convenção.

2 — Na qualidade de depositário da presente Convenção, o Secretário-Geral das Nações Unidas notificará a todos os Estados:

- a) As assinaturas da presente Convenção e o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ou notificações de denúncia, ao abrigo dos artigos 29.º e 31.º;
- b) A data de entrada em vigor da presente Convenção, ao abrigo do artigo 30.º;
- c) Outros actos, notificações ou comunicações relacionados com a presente Convenção.

Artigo 33.º

Textos autênticos

Os textos da presente Convenção em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos.

Em fé do que, os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinaram a presente Convenção, aberta à assinatura na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 17 de Janeiro de 2005.

ANEXO II – Íntegra da ementa da Ação Cível Originária n. 575-DF

EMENTA: IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. LITÍGIO ENTRE ESTADO ESTRANGEIRO E O DISTRITO FEDERAL. AÇÃO CIVIL DE REPARAÇÃO PATRIMONIAL (ACIDENTE QUE ENVOLVE VEÍCULO DIPLOMÁTICO). COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (CF, ART. 102, I, "e"). EVOLUÇÃO DO TEMA NA DOCTRINA, NA LEGISLAÇÃO COMPARADA E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DA IMUNIDADE JURISDICCIONAL ABSOLUTA À IMUNIDADE JURISDICCIONAL MERAMENTE RELATIVA. PRECEDENTES DO STF (RTJ 133/159 e RTJ 161/643- 644). DESPACHO: O Distrito Federal promove a presente ação civil de reparação patrimonial contra a República dos Camarões, sob a alegação de que um membro integrante da Missão Diplomática desse Estado estrangeiro, "dirigindo veículo pertencente à Embaixada" (placas CD-602), teria ocasionado danos materiais ao patrimônio público local, eis que o automóvel conduzido pelo diplomata Jean-Blaise Konn, desenvolvendo velocidade excessiva (fls. 17), "chocou-se com um poste de iluminação pública", causando os prejuízos cujo valor se acha estimado na peça documental produzida a fls. 45. Cabe reconhecer, preliminarmente, que, tratando-se de litígio entre Estado estrangeiro e o Distrito Federal, assiste, ao Supremo Tribunal Federal, competência originária para processá-lo e julgá-lo, inocorrendo, a esse respeito, notadamente em face da existência de explícita previsão constitucional (CF, art. 102, I, "e"), qualquer divergência de índole doutrinária em torno do órgão investido de jurisdição, para, no plano interno, dirimir conflitos interestatais (PONTES DE MIRANDA, "Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969", tomo IV/24-25, item n. 11, 2ª ed./2ª tir., 1974, RT; JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, "Comentários à Constituição de 1988", vol. VI/3084-3086, item n. 105, 1992, Forense Universitária; WALTER CENEVIVA, "Direito Constitucional Brasileiro", p. 195, item n. 4, 1989, Saraiva; PINTO FERREIRA, "Comentários à Constituição Brasileira", vol. 4/104, 1992, Saraiva; CELSO RIBEIRO BASTOS/IVES GANDRA MARTINS, "Comentários à Constituição do Brasil", vol. 4, tomo III/167, 1997, Saraiva; MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "Comentários à Constituição Brasileira de 1988", vol. 2/219, 1992, Saraiva, v.g.). Impõe-se analisar, contudo, uma outra questão prévia, impregnada do mais alto relevo jurídico, consistente na discussão relativa à imunidade jurisdiccional de Estados estrangeiros perante o Poder Judiciário nacional. Como se sabe, a imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros derivava, ordinariamente, de um princípio básico - o princípio da comitas gentium - consagrado pela prática consuetudinária internacional, assentado em premissas teóricas e em concepções políticas, que, fundadas na essencial igualdade entre as soberanias estatais, legitimavam o reconhecimento de que par in parem non habet imperium vel iudicium, consoante enfatizado pelo magistério da doutrina (JOSÉ FRANCISCO REZEK, "Direito Internacional Público", p. 173/178, itens ns. 96 e 97, 7ª ed., 1998, Saraiva; CELSO DUVIVIER DE ALBUQUERQUE MELLO, "Direito Constitucional Internacional", p. 330/331, item n. 3, 1994, Renovar; ALFRED VERDROSS, "Derecho Internacional Publico", p. 171/172, 1972, Aguilar, Madrid; JACOB DOLINGER, "A Imunidade Estatal à Jurisdição Estrangeira", in "A Nova Constituição e o Direito Internacional", p. 195, 1987, Freitas Bastos; JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES, "Da Imunidade de Jurisdição do Estado Estrangeiro perante a Justiça Brasileira", in "A Nova Constituição e o Direito Internacional", p. 209/210, 1987, Freitas Bastos; AMILCAR DE CASTRO, "Direito Internacional Privado", p. 541/542, item n. 295, 4ª ed., 1987, Forense, v.g.). Tais premissas e concepções - que justificavam, doutrinariamente, essa antiga prática consuetudinária internacional - levaram a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, notadamente aquela que se formou sob a égide da revogada Carta Política de 1969, a emprestar, num primeiro momento, caráter absoluto à imunidade de jurisdição instituída em favor dos Estados estrangeiros (RTJ 66/727 - RTJ 104/990 - RTJ 111/949 - RTJ 116/474 - RTJ 123/29). Essa orientação, contudo, sofreu abrandamentos, que, na vigência da presente ordem constitucional, foram introduzidos pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Apelação Cível 9.696-SP, Rel. Min. SYDNEY SANCHES (RTJ 133/159) e do Ag 139.671-DF (AgRg), Rel. Min. CELSO DE MELLO (RTJ 161/643-644). Em função dessa nova orientação, a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, tratando-se

de atuação de Estado estrangeiro em matéria de ordem privada, notadamente em conflitos de natureza trabalhista, consolidou-se no sentido de atribuir caráter meramente relativo à imunidade de jurisdição, tal como reconhecida pelo direito internacional público e consagrada na prática internacional. Esse entendimento jurisprudencial, formulado sob a égide da vigente Constituição, foi bem sintetizado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o Ag 139.671-DF (AgRg), Rel. Min. CELSO DE MELLO, proferiu decisão unânime, consubstanciada em acórdão assim ementado: "A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, quando se tratar de litígios trabalhistas, revestir-se-á de caráter meramente relativo e, em consequência, não impedirá que os juízes e Tribunais brasileiros conheçam de tais controvérsias e sobre elas exerçam o poder jurisdicional que lhes é inerente. O novo quadro normativo que se delineou no plano do direito internacional, e também no âmbito do direito comparado, permitiu - ante a realidade do sistema de direito positivo dele emergente - que se construísse a teoria da imunidade jurisdicional relativa dos Estados soberanos, tendo-se presente, para esse específico efeito, a natureza do ato motivador da instauração da causa em juízo, de tal modo que deixa de prevalecer, ainda que excepcionalmente, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição, sempre que o Estado estrangeiro, atuando em matéria de ordem estritamente privada, intervier em domínio estranho àquele em que se praticam os atos *jure imperii*. Doutrina. Legislação comparada. Precedente do STF. A teoria da imunidade limitada ou restrita objetiva institucionalizar solução jurídica que concilie o postulado básico da imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro com a necessidade de fazer prevalecer, por decisão do Tribunal do foro, o legítimo direito do particular ao ressarcimento dos prejuízos que venha a sofrer em decorrência de comportamento imputável a agentes diplomáticos, que, agindo illicitamente, tenham atuado *more privatorum* em nome do País que representam perante o Estado acreditado (o Brasil, no caso). Não se revela viável impor aos súditos brasileiros, ou a pessoas com domicílio no território nacional, o ônus de litigarem, em torno de questões meramente laborais, mercantis, empresariais ou civis, perante tribunais alienígenas, desde que o fato gerador da controvérsia judicial - necessariamente estranho ao específico domínio dos *acta jure imperii* - tenha decorrido da estrita atuação *more privatorum* do Estado estrangeiro (...)." (RTJ 161/643-644, Rel. Min. CELSO DE MELLO - grifei) Uma das razões decisivas dessa nova visão jurisprudencial da matéria deveu-se ao fato de que o tema da imunidade de jurisdição dos Estados soberanos - que, antes, como já enfatizado, radicava-se no plano dos costumes internacionais - passou a encontrar fundamento jurídico em convenções internacionais (a Convenção Européia sobre Imunidade dos Estados de 1972) ou, até mesmo, consoante informa LUIZ CARLOS STURZENEGGER (RDA 174/18-43), na própria legislação interna de diversos Estados, como os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (Foreign Sovereign Immunities Act de 1976), o REINO UNIDO (State Immunity Act de 1978), a AUSTRÁLIA (Foreign States Immunities Act de 1985), CINGAPURA (State Immunity Act de 1979), a REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL (Foreign States Immunities Act de 1981) e o PAQUISTÃO (State Immunity Act de 1981), exemplificativamente. O novo quadro normativo que se delineou no plano do direito internacional, e também no âmbito do direito comparado, permitiu - ante a realidade do sistema de direito positivo dele emergente - que se construísse, inclusive no âmbito da jurisprudência dos Tribunais, a teoria da imunidade jurisdicional meramente relativa dos Estados soberanos. É por essa razão - já vigente o novo ordenamento constitucional brasileiro - que tanto a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 133/159 - RTJ 161/643-644) quanto a do Superior Tribunal de Justiça (RSTJ 8/39 - RSTJ 9/53 - RSTJ 13/45), refletindo o consenso emergente que se formou na análise do tema a partir de recentes resoluções internacionais e de decisões legislativas adotadas no plano do direito comparado, consolidaram-se no sentido de reconhecer que, modernamente, não mais deve prevalecer, de modo incondicional, no que concerne a determinadas e específicas questões - tais como aquelas de direito privado - o princípio da imunidade jurisdicional absoluta, circunstância esta que, em situações como a constante destes autos, legitima a plena submissão de qualquer Estado estrangeiro à jurisdição doméstica do Poder Judiciário nacional. É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, tratando-se da questão pertinente à imunidade de execução (matéria que não se confunde

com o tema concernente à imunidade de jurisdição ora em exame), continua, quanto a ela (imunidade de execução), a entendê-la como sendo de caráter absoluto, ressalvadas as hipóteses excepcionais (a) de renúncia, por parte do Estado estrangeiro, à prerrogativa da intangibilidade dos seus próprios bens (RTJ 167/761, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - ACor 543-SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE) ou (b) de existência, em território brasileiro, de bens, que, embora pertencentes ao Estado estrangeiro, sejam estranhos, quanto à sua destinação ou utilização, às legações diplomáticas ou representações consulares por ele mantidas em nosso País. Cabe referir, neste ponto, a propósito da questão específica da imunidade de execução, o autorizado magistério de JOSÉ FRANCISCO REZEK ("Direito Internacional Público", p. 176/177, item n. 97, 7ª ed., 1998, Saraiva): "A execução forçada da eventual sentença condenatória, entretanto, só é possível na medida em que o Estado estrangeiro tenha, no âmbito espacial de nossa jurisdição, bens estranhos à sua própria representação diplomática ou consular - visto que estes se encontram protegidos contra a penhora ou medida congênere pela inviolabilidade que lhes asseguram as Convenções de Viena de 1961 e 1963, estas seguramente não derogadas por qualquer norma ulterior (...)." (grifei) Essa, contudo, não é a hipótese dos autos, pois, aqui, ainda se está em face de processo de conhecimento destinado à obtenção de um provimento judicial condenatório, motivado por atuação de agente diplomático estrangeiro, em situação aparentemente desvinculada do contexto de suas funções de representação do Estado acreditante ("État d'envoi"). Vê-se, portanto, como já ressaltado, que a questão prévia a ser examinada na presente causa diz respeito ao tema da imunidade de jurisdição. Impõe-se destacar, por isso mesmo, na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal (RTJ 133/159 - RTJ 161/643-644), que deixará de prevalecer, excepcionalmente, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição (não se discute, no caso, a questão pertinente à imunidade de execução), sempre que o representante do Estado estrangeiro, por atuar em matéria de ordem estritamente privada, intervier em domínio estranho àquele em que usualmente se praticam, no plano das relações diplomáticas, atos *jure imperii*. Esse entendimento - que aparentemente se revela aplicável ao caso ora em análise (direção perigosa de veículo automotor, por agente diplomático estrangeiro, em situação alheia ao exercício das funções diplomáticas, de que resultou dano ao patrimônio público do Distrito Federal) - encontra fundamento, como já referido, em precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal (RTJ 133/159, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - RTJ 161/643-644, Rel. Min. CELSO DE MELLO), apoiando-se, ainda, em autorizado magistério doutrinário (PONTES DE MIRANDA, "Comentários ao Código de Processo Civil", tomo II/263-265, 2ª ed., 1979, Forense; CLÓVIS RAMALHETE, "Estado Estrangeiro Perante a Justiça Nacional", in "Revista da Ordem dos Advogados do Brasil", nº 4/315-330, Setembro/Dezembro 1970; AMILCAR DE CASTRO, "Direito Internacional Privado", p. 540-541, item n. 295, 4ª ed., 1987, Forense; CLÓVIS BEVILÁQUA, "Direito Público Internacional", tomo I/79, 2ª ed., Freitas Bastos; OSCAR TENÓRIO, "Direito Internacional Privado", vol. II/351, 11ª ed., Freitas Bastos; HILDEBRANDO ACCIOLY, "Tratado de Direito Internacional Público", vol. I/227, item n. 330, 2ª ed., 1956, Rio de Janeiro; PEDRO LESSA, "Do Poder Judiciário", p. 212, 1915, Livraria Francisco Alves; GUIDO FERNANDO SILVA SOARES, "Das Imunidades de Jurisdição e de Execução", p. 152-161, 1984, Forense; LUIZ CARLOS STURZENEGGER, "Imunidades de Jurisdição e de Execução dos Estados - Proteção a Bens de Bancos Centrais", RDA 174/18; OSIRIS ROCHA, "Reclamações Trabalhistas contra Embaixadas: uma competência inegável e uma distinção imprescindível", in LTr, vol. 37/602; JOSÉ FRANCISCO REZEK, "Direito Internacional Público", p. 175/178, item n. 97, 7ª ed., 1998, Saraiva; GERSON DE BRITTO MELLO BOSON, "Constitucionalização do Direito Internacional", p. 248/249, 1996, Del Rey). Registre-se, neste ponto, por necessário, que a própria Missão Diplomática da República dos Camarões, em Nota Verbal encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (NV 011/97), reconheceu que o evento danoso ao patrimônio público do Distrito Federal - precisamente por resultar de comportamento estranho ao exercício da função diplomática - constituiu um "*affaire purement privé*" (fls. 44). Sendo assim, e considerando-se a natureza do fato ensejador do ajuizamento da presente ação, parece revelar-se viável a instauração desta causa perante o Supremo Tribunal Federal (CF, art.

102, I, "e"). Antes de ordenar a citação, no entanto - e atento às implicações que desse ato podem resultar, em face do que dispõem os Artigos 22 e 30 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (v., a propósito, GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA, "A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas", p. 107, 2ª ed., 1978, Brasília) -, determino que se transmita o inteiro teor do presente despacho ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que Sua Excelência inste a República dos Camarões a pronunciar-se, por intermédio de sua Missão Diplomática, sobre a sua eventual submissão à jurisdição do Poder Judiciário brasileiro. Com a resposta a ser encaminhada a esta Corte, pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, apreciarei, então, a questão jurídica pertinente ao tema da imunidade de jurisdição. Publique-se. Brasília, 01 de agosto de 2000. Ministro CELSO DE MELLO Relator
(ACO 575, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 01/08/2000, publicado em DJ 18/09/2000 P-00005)